



MUNICÍPIO DE TONDELA

ATA N.º 1 /2021

**REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA
NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2021**

*Caril
R
Jus*

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Tondela, em regime misto, por videoconferência e presencialmente, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Tondela, pelas nove horas sob a presidência do senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Carlos Manuel Henriques Cortês da Cunha.

Antes de ser dado início à sessão, tomou posse, perante o presidente da mesa e a assembleia, por um dia, o membro Mafalda Teresa Felgar em substituição do membro Sérgio Rodrigues.

No início dos trabalhos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, apelou ao sentido de tolerância de todos os participantes na sessão, para alguma coisa que pudesse não correr tao bem, numa circunstância destas, já que seria a primeira reunião da assembleia municipal que ocorreria em plataformas digitais.

Foi entregue na mesa, da parte do senhor presidente da junta de freguesia de Lajeosa do Dão, uma delegação de competência de representação na pessoa do senhor Firmino dos Santos de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

De acordo com a folha de presenças, constatou-se a falta dos seguintes membros: Abílio dos Santos e Isaac Almeida, que justificaram as faltas, tendo às mesmas sido consideradas justificadas.

Verificando-se que o primeiro secretário justificara a sua ausência, o senhor presidente da mesa da assembleia convidou o membro da assembleia Belmiro Calheiro Gomes para ocupar o lugar em substituição que, o mesmo aceitou, dando-se, de seguida, início à sessão.

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 11 de dezembro de 2020

Não tendo havido intervenções, a ata de 11 de dezembro de 2020 foi aprovada por unanimidade pelos presentes naquela sessão.

1.2. Leitura de expediente

Foram presentes: os relatórios de atividades e financeiro enviados pela Câmara Municipal; relatório de atividades, do ano de 2020, da CPCJ; síntese jurídica e *clipping*



de notícias enviadas pela Associação Nacional de Assembleias Municipais; apresentação da empresa Aproveitamento; livro “Revista das Assembleias Municipais e dos Eleitos Locais; jornais: “Voz das Misericórdias” e “Associação”.

1.3. Exposição oral pelos Membros da Assembleia

O membro Cristiana Ferreira, do Grupo do PSD, iniciou os trabalhos, com a intervenção que se transcreve:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tondela, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Outra vez o “IP 3”!

Se há tema que por todos nós já mereceu um comentário, análise ou intervenção é a questão do IP3 pela importância vital que tem para o nosso concelho, para a região e para o país, pela urgência na melhoria de condições de segurança, circulação e mobilidade, de uma das principais vias de ligação, do centro do país e para o país!

Somos conhecidos também pelo “IP3” e sempre pelas piores razões.

O “IP3” não é só uma via deficiente ou manifestamente obsoleta ...é um obstáculo, uma barreira que impede mais e melhor desenvolvimento da nossa região, mas, mais grave do que esta realidade, é uma ligação que põe diariamente em causa a integridade física de todos quantos por ali circulam e por isso denominada pela “estrada da morte”!

A resolução deste problema é por isso de uma importância enorme e por isso o Grupo Parlamentar do PSD não poderia deixar de se associar às preocupações que, mais uma vez, sobre este tema conhecemos e não podemos por isso ignorar.

A mais recente solução encontrada, começa pela empreitada que arrancou em maio de 2019 e tinha um prazo de execução de 330 dias, sendo que a data de conclusão da empreitada inicial seria, então, o dia 21 de abril de 2020.

No entanto a alegada necessidade de autorização ambiental para trabalhos nos Nós, de Oliveira do Mondego e Cunheda, atrasou a consignação desta parte da obra, implicando que a nova data de conclusão tivesse sido prevista para 30 de novembro de 2020 como, então, garantiu o gabinete do ministro Pedro Nuno Santos, o que também não se verificou.



Na presente data encontra-se em desenvolvimento uma nova fase de avaliação de impacto ambiental que se presume morosa e só após a emissão da Declaração de Impacto Ambiental, se desenvolverão os respetivos projetos de execução.

Com estes atrasos, alguém acredita que o primeiro semestre de 2024 que foi, de resto, o prazo apontado, em julho de 2019, pelo ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, seja efetivamente o prazo para a conclusão da requalificação de todo o IP3?

Temos muitas dúvidas e reservas.

E, portanto, face à evidente derrapagem no cronograma, o Grupo Parlamentar do PSD, apela, nomeadamente, aos autarcas e CIM envolvidas (Viseu/Dão Lafões e Coimbra) no sentido de continuarem a analisar, a debater e a promover todos os esforços junto da tutela, no sentido de que esta agilize eventuais soluções que se entendam por úteis e que visem garantir o cumprimento dos prazos e com estes o compromisso, há muito assumido, com a nossa região!

Este assunto não pode ficar, mais uma vez, entregue ao desmando do Governo, pela falta de respeito e violação dos mais elementares direitos dos cidadãos!

Pelo Grupo Parlamentar do PSD”

Seguidamente, o membro José António Dias tomou da palavra, com a intervenção que se transcreve:

O membro José António Dias tomou da palavra, com a intervenção que se transcreve:

“Fibra ótica

O mundo do trabalho está a transformar-se profundamente e a uma velocidade vertiginosa, em razão do funcionamento integrado de uma nova geração de tecnologias digitais (internet das coisas, *big data*, realidade aumentada, robótica avançada,...), ligando o mundo físico ao espaço virtual. Muda o “tempo e o modo” **como pensamos, aprendemos, trabalhamos, competimos, concebemos, distribuímos e acedemos aos bens e serviços.**

O mundo global obriga-nos, assim, a estar conectados e a trabalhar em rede.

A pandemia trouxe um reforço dessa realidade, na medida em que o teletrabalho virou regra e até o ensino passou a ser lecionado online. Mais do que nunca o acesso à internet é um elemento crucial para a qualidade de vida, quer económica, social e familiar.

Têm vindo a público um conjunto de desagrados extremamente pertinentes, por força da má qualidade de acesso à internet e à não existência de fibra ótica, profundamente agudizada em algumas freguesias do concelho.

O Partido Social Democrata vem, e, consciente da importância desta ferramenta que além do contacto social, representa hoje competitividade, produtividade e economia global, associar-se à indignação e reivindicação junto das operadoras de rede que teimam em colocar à frente das populações a rentabilidade do serviço.

A Comissão Política do PSD de Tondela junta-se à Câmara Municipal de Tondela, às Juntas de Freguesia, a todos os cidadãos anónimos e a todos os que se manifestaram através das petições, para exigir fibra ótica para todo o seu território.

É inqualificável que em pleno século XXI, com uma pandemia que nos obrigou a encontrar outras soluções empresariais e letivas, que obriga a uma exigência sem precedentes na produção de bens e serviços, em que todos dependem da internet para auferir o seu salário e aprendizagem, nos seja castrada essa possibilidade.

Urge endurecer a crítica e a exigência junto das operadoras que têm total autonomia para colocarem o serviço onde e como querem, e que teimam em acentuar ainda mais a diferença entre o litoral e o interior, entre o rural e urbano.

Desafiamos todas as forças políticas para se juntarem a esta causa e fazerem “lobbie” junto do governo central com o propósito de legislar no sentido de impor a universalidade e qualidade do serviço em todo o território nacional, sem distinções.

Esperamos também que o Senhor Primeiro Ministro Dr. António Costa e o respetivo executivo não olhe para este assunto da mesma forma como está a atuar sobre a questão da tarifa social da internet, cujo modelo ainda está a ser estudado e só vai ser aplicado após o término do ano letivo.”

Seguidamente, interveio o membro José Hélder Viegas apresentando a moção que se transcreve:

“MOÇÃO

Considerando que por força da ajuda internacional da Troika o memorando assinado pelo governo português e as respetivas entidades externas obrigou à redução do número de autarquias, de onde resultou a fusão e respetiva extinção de muitas Freguesias.

Considerando que o País já saiu do Programa de Ajuda Externa.

Considerando que há vontade de algumas comunidades em reverter todo o processo de agregação destes territórios, dado que não lhes conferiu qualquer benefício, bem pelo contrário, para além de lhes ter sido delapidada a sua identidade e história.

Tendo presente que o Partido Socialista, enquanto Oposição, sempre se manifestou contra o processo de agregação de freguesias, tem prometido, nessa altura e ao mais alto nível, que quando fosse Governo, procederá à sua reversão.

Considerando que o Governo Socialista em funções há mais de 6 anos, se comprometeu em desencadear o processo de reversão, fixando como meta para esta alteração, as Eleições Autárquicas a realizar este ano.

Sendo público que o Conselho de Ministros apresentou uma Proposta de Lei que está a ser discutida em Sede de Comissão na Assembleia da República, onde são definidos critérios que excluem a generalidade das Freguesias rurais, pois prevê um conjunto de Serviços inexistentes nestes territórios bem como exige uma maioria qualificada das atuais Assembleias de Freguesia.

Considerando que tal iniciativa legislativa não passa de um mero exercício de hipocrisia, pois por um lado, o processo não será encerrado em tempo útil antes do próximo ato eleitoral e por outro, tal proposta é enganosa, pois não tem aplicabilidade prática na maioria das Freguesias, incidindo, em exclusivo, nas já existentes mega Freguesias urbanas.

Perante o exposto, é fundamental que o atual Governo se comprometa a desencadear, de imediato, o processo de reversão das Freguesias agregadas, para que recuperem a sua identidade e a sua história, com aplicabilidade já nas próximas Eleições Autárquicas

*Enviar cópia aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, à ANMP, à ANAFRE, ao Ministro da Administração Interna e ao Secretário de Estado do Poder Local.”

Os trabalhos continuaram, com o grupo do PS, intervindo o membro Rui Santos:

“Bom dia para todos,

Senhor presidente;

Senhores membros da assembleia;

Senhor presidente da câmara.

Queria começar por perguntar ao senhor presidente da assembleia, até porque esse é um assunto que já foi falado publicamente, se esta sessão está ou não a ser



transmitida, atendendo que a Lei diz que, no caso de haver meios da autarquia para o fazer, as sessões devem ser transmitidas publicamente.

Tínhamos previsto, face ao tipo de reunião, não intervir a não ser que houvesse necessidade. Queria, portanto, deixar três notas, uma em relação a cada uma das intervenções que foram feitas anteriormente.

É obvio que eu subscrevo a minha preocupação em relação à situação do IP3. Devo dizer que, se calhar de todos os membros da assembleia, poucos foram utilizadores tão intensivos do IP3, como eu. Fico satisfeito por ter visto que pelo menos o senhor presidente da câmara subscrevia a posição, que era mais importante resolver o problema do IP3 do que ter a via dos Duques, que não se sabia bem o que é que servia. Mas quando se invocam direitos, a Dra. Cristiana muito melhor do que eu, poderá falar disso, é preciso também não esquecer que um dos direitos dos cidadãos é que as leis sejam cumpridas. E, as leis quando obrigam a estudos ambientais têm de ser cumpridas. Eu gostaria que o processo estivesse muito mais avançado. É uma preocupação evidente, minha como é com certeza da generalidade dos cidadãos, como é do conjunto das autarquias da nossa região, que por isso deliberaram na CIM criar projetos e programas próprios de acompanhamento da situação. Esperamos de facto que não haja atrasos. Estou disponível, assim como todos os membros do Partido Socialista, para fazermos o que entendermos e acordarmos que seja mais adequado.

Quanto à questão do acesso à internet, evocado pelo nosso colega de assembleia Eng.º Dias, eu quero dizer que a primeira pessoa que levantou essa questão fui eu, e continuo a levanta-la. Se calhar se não se tivessem batido tantas palmas, no Governo anterior do vosso partido, com a privatização e a venda à Altice, talvez as coisas hoje estivessem melhores. É bom saber o que é que se esta a passar com a Altice. Já agora deixava aqui uma nota, que referi há bocado que se calhar faz sentido, relativamente à questão da Taxa de Passagem, que nós muitas vezes falamos. É que a lei do Orçamento de Estado para este ano prevê expressamente que a Taxa de Passagem seja paga pelas operadoras e que foi uma questão que discutimos várias vezes, até a câmara deixar de a cobrar pois era debitada pelas empresas aos utilizadores /consumidores. Neste momento se a Câmara de Tondela atuar no sentido de promover a sua cobrança, não resolve o problema de fundo só por si, mas tem na sua mão o instrumento de pressão sobre as operadoras. Com a proposta de orçamento no novo modelo que nos foi apresentado, não é possível saber, se nas taxas que estão lá previstas está discriminada ou não a possibilidade de introdução da taxa de direitos de passagem. Se houver taxa de direitos



de passagem há uma forma de pressionar as empresas fornecedoras de serviço no sentido de negociar, até com base proposta á Assembleia Municipal, a aplicação dessa taxa ou não em função dos compromissos de investimento nessa área que venham a ser feitos.

Por último, em relação ao caso citado pelo nosso colega José Hélder. Bom, a proposta (ppl68-XIV) está na Assembleia da República desde o fim do mês de dezembro do ano passado. Está a ser discutida por todos os partidos e ainda nenhum requereu urgência. Eu já ouvi essa vossa versão dos critérios e requisitos de cada um e ela não é correta, provavelmente porque nunca leram o texto. Do conjunto de cinco critérios e requisitos, e no critério da prestação de serviços à população, o que mais foi referido, estão previstos nove requisitos sendo obrigatórios dois fixos, instalações próprias e pelo menos um trabalhador do quadro, e mais cinco dos outros sete o que invalida a afirmação de elementos do PSD que a imposição de extensão de saúde inviabiliza a criação das novas freguesias, pois ele não é obrigatório. E como se está apenas perante uma proposta de lei, numa Assembleia da República em que o PS que apoia o Governo está em maioria os restantes partidos, a começar pelo PSD que com o apoio do CDS foi quem promoveu as uniões/fusões das freguesias através da Lei 22/2012 a partir de propostas que foram apreciadas nas Assembleias Municipais não tendo a de Tondela assumido posição sobre a proposta da UTRAT, podem modificá-los na Assembleia da República quando a Lei for aprovada. É tarde? Para mim também é, mas eu até sou dos que são favoráveis ao adiamento das eleições autárquicas por um período de seis meses.

É bom lembrar estas questões e não vale a pena estarmos aqui com grandes chavões eleitoralistas. Houve por parte do Governo PSD/CDS um enorme entusiasmo de redução do número de freguesias por razões de reorganização administrativa, por não ter havido coragem para começar pelos Concelhos, para não enfrentar os Presidentes de Câmara. Não foi só uma questão de despesas, isso teve uma parte, mas não foi só por isso. Era uma ideia que havia, um princípio, com que se bem aplicado e negociado eu aceito. E devo dizer que antes dessa fase sempre me manifestei contra processos de desagregação sem clara fundamentação e razoabilidade, como foi o caso da desagregação, há cerca de trinta anos, da Freguesia do Tourigo, que só teve um voto contra na Assembleia Municipal de Tondela, e foi o meu. Fi-lo por entender que se nos habituássemos a cooperar melhor resolvíamos esses problemas e tínhamos escala mais racional para melhor resolver os problemas das freguesias de menor dimensão,

aproveitando melhor os recursos, sem disparatados bairrismos. Claro que se as populações tiverem vontade de se desagregar, depois de claramente discutidos os fundamentos e razões, com um quadro regulador adequado. não serei eu que irei contra essa vontade. A Lei está na Assembleia da República, façam-se as diligencias necessárias para a votação da mesma e tomem-se as posições políticas. Faça-se andar o processo, pois de facto não é altura ideal para isso estar a acontecer, já devia estar resolvido. Mas, o que facto é que o poder de decisão sobre isso é da Assembleia da República. E é só senhor presidente.”

O membro Cristiana Ferreira interveio:

“Só dizer ao Dr. Rui Santos que por um lado, naturalmente, registamos a preocupação relativa à questão do IP3 e referir que em nenhum momento, eu disse ou afirmi que fosse colocada em causa o estrito cumprimento dos deveres legais. A minha intervenção é no sentido da preocupação, sem por em causa todas as legalidades e formalidades que tenham de ser cumpridas, que a tutela agilize outro tipo de soluções, porque podem existir, no sentido de assegurar o cumprimento dos prazos. É tão só esta a nossa preocupação, que o assunto não seja, por força constantemente de situações desta natureza, adiado. A única coisa que manifestamos é a preocupação relativamente à derrapagem no cronograma, que nos parece evidente, que se tente recuperar algum tempo, eu não diria perdido, mas que levou ao atraso, como agilizar tudo o que esteja ao alcance do senhor ministro para que rapidamente resolva a situação.”

PERIODO DA ORDEM DO DIA

2.1-. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

O senhor presidente da Câmara tomou da palavra:

“Muito bom dia a todos.

Naturalmente uma saudação ao senhor presidente da mesa;

Membros da mesa;

Senhores membros da assembleia municipal eleitos;

Senhores presidentes, de junta e uniões de freguesias;

Serviços de apoio, que estão neste momento a criar as condições necessárias para que esta reunião se possa realizar nos termos em que estamos, e não deixo também aqui de subscrever aquilo que o senhor presidente da assembleia municipal disse no sentido



da tolerância para alguma coisa que possa não correr tao bem, numa circunstancia destas, já que é a primeira reunião da assembleia municipal que ocorre em plataformas digitais nos termos em que estamos a ter esta. Quero por isso saudar-vos a todos e desejar, tanto quanto possível, que estejam com saúde e pelo menos que a tormenta maior já esteja mais longe daquilo que foi a vivência dos nossos dias.

Começaria por duas, três notas rápidas, já que todos percebemos que a dinâmica desta assembleia tem de ser um pouco diferente das anteriores e, portanto, procurarei ser mais sintético nas apreciações, nas observações e acima de tudo nas explicações. Mas não deixaria de fazer duas ou três notas de introdução sobre alguns dos temas colocados no período antes da ordem do dia, por os julgar, em boa verdade, de relevante interesse municipal, e em boa verdade, tanto estiveram no período antes da ordem do dia como poderiam estar na atividade da ordem do dia e da atividade da câmara.

A questão do IP3 em primeiro lugar, para também aqui prestar contas sobre um conjunto de reuniões, dinâmicas, de interações que tem havido sobre este modelo. É bom lembrar que também se deve a um conjunto de autarcas, não só, mas também, a opção política e estratégica de defender a requalificação em perfil de Autoestrada do IP3 nesta fase, sem perder de vista que num futuro próximo, após esta intervenção de duplicação, o atual troço entre a zona de Penacova e a Foz do Dão pudesse vir a ter ou venha a ter no futuro uma via alternativa de perfil de autoestrada a par desta que agora foi requalificada.

Mas o que importa aqui neste momento ter em cima da mesa são algumas conclusões, a primeira é que o anteprojecto está sujeito, e está neste momento, desde dezembro, no âmbito dos serviços do ambiente para avaliação de impacto ambiental. Normalmente, uma avaliação desta natureza demora seis, sete meses, e, portanto, o que se espera é que haja agilidade nesta operação, que a avaliação seja feita, e seja feita com a celeridade necessária.

A segunda conclusão que esta tomada é que o IP3, a sua duplicação será desenvolvia em três troços, sendo que o desenvolvimento é gradual haverá naturalmente um período em que mais que um troço estará simultaneamente em execução. Mas o primeiro troço para o qual está assumida a primeira prioridade, muito pela diligência que fomos mantendo, é o troço que está entre o nó de Treixedo e o limite do concelho de Tondela com a entrada em Viseu. Este é o primeiro troço que será objeto de intervenção. A este propósito temos tido várias reuniões, porque em todo este estudo prévio já está determinado quais são as áreas de expansão ou de alargamento, as implicações nos nós



rodoviários e, naturalmente, todo o restabelecimento de infraestruturas. No nosso conselho, em particular na área entre Tondela e Molelos há algumas zonas urbanas que importa acautelar do ponto de vista de impacto ambiental.

O tema que está em cima da mesa não é quais são os passos necessários, é quais são os prazos que estão a ser cumpridos. Chegados a agosto estaremos com um ano de atraso em relação ao cronograma que estava previsto. O que todos queremos é que se tomem as decisões necessárias para que, sem fugir aquilo que é necessariamente obrigatório em termos de estudo de impacto ambiental, que não se perca tempo com questões acessórias ou desnecessárias, ou que algum laxismo não adie a apreciação que é necessária ter, é isto que está em cima da mesa. Se tudo correr no sentido de se recuperar algum tempo, então, concluído que estivesse o estudo de impacto ambiental no verão, avançaria para a fase de projeto de execução na esperança que no arranque de 2022 estivesse o primeiro troço em condições de ser lançado em concurso público internacional, com toda a morosidade que isto tem, como é bom de ver. E, ainda no quadro da esperança, resultaria daqui que no final do primeiro semestre de 2022 se estariam a iniciar os trabalhos, cujo objetivo do primeiro troço é que esteja concluído até ao final a 31 de dezembro de 2023, porque os mecanismos de financiamento também a isso obrigariam e continuariam os demais troços. Sublinho aliás que o senhor ministro das infraestruturas, Pedro Nuno Santos, o reafirmou na semana passada que mantinha toda a convicção de que até ao final de 2024 era possível e desejava que a intervenção do IP3 estivesse concluída. O que aqui sublinho é esse desejo. Mas, também, reconheço que para esse desejo ser uma realidade, se impõe uma efetiva mobilização de vontade política, não só no Ministério das Infraestruturas, mas também noutros interventores que são necessários para a aprovação final deste projeto. Acrescento mais que, o senhor ministro de alguma forma se comprometeu em que, após isto, pudesse começar a ser desenvolvido o estudo da via alternativa daqueles 12 ou 14km entre a Foz do Dão e Penacova. Portanto, o tema é este, estamos com um atraso significativo, atraso este que não aconteceu só no plano do projeto, como aquela simples intervenção de requalificação de pavimento, de colocação de separador central, entre Penacova e a Foz do Dão, e a intervenção nos nós do Cunhedo, como também é sabido já leva um atraso quase do dobro do tempo face ao que estava previsto, por razões, algumas delas atendíveis. Não deixo de o dizer, porque o que não é tão curial é que só vejamos do lado da autarquia alguns atrasos por razões associadas à situação pandémica que vivemos, e depois as queiramos defender em outras circunstâncias.



Queria dar esta nota do IP3, que por um lado é uma nota de testemunho daquilo que têm sido as reuniões havidas, as preocupações mantidas, a pressão permanente que é preciso fazer, aliás estão para breve algumas diligências e reuniões junto do Ministério do Planeamento e Infraestruturas, neste caso, mais infraestruturas, mas também dentro da coesão, porque como sabemos e faço aqui uma ponte, em grande parte há instrumentos de financiamento que estão previstos no PRR, e podemos também discutí-los, que podem ser alocados a algumas destas intervenções sob pena de se assim não for, então não sei que obras poderemos ter no PRR que sejam tao relevantes. Mas, sobre o IP3 esta nota muito rápida.

Questões de fibra ótica. Há aqui uma questão muito clara para sermos objetivos. Neste momento há um atraso significativo nos planos de investimento que MEO Altice tinha previsto. O tema é muito claro, há quem defenda, como é obvio, que ao nível do país deveria existir uma infraestrutura nacional, a exemplo do que acontece com a REN (Rede Elétrica Nacional), funciona como um condutor detido como que sendo uma autoestrada de energia, e depois os diferentes operadores vão buscar a essa autoestrada os recursos necessários para abastecer as suas redes. Ora, de igual forma é defensável que do ponto de vista da estratégia nacional existissem corredores de condução de fibra para que os diferentes operadores pudessem aí, depois, alimentar as suas redes. O problema, porventura, é podemos estar a caminhar para que haja um novo monopólio em termos de redes de fibra, quando só um dos operadores está a fazer investimentos que impede que outros depois o façam, porque como é obvio, se o espaço estiver ocupado eu não tenho depois rentabilidade para o fazer.

Sublinho aqui uma nota também sobre esta questão. O município comunicou e referiu que tinha participado numa sessão publica que ocorreu em Castro Daire, onde a Meo /Altice se havia responsabilizado por sua iniciativa num plano de investimentos de colocar dez freguesias de Tondela no grupo das cem primeiras freguesias do país que tinham fibra ótica, que era 100% para cem freguesias. E esse plano de investimento, por opção da operadora iria desenvolver-se na primeira fase naquelas freguesias que haviam sido atingidas pelo grande incendio de 2017. Portanto, toda a corda desde Ferreirós à Lajeosa, desde Dardavaz a São Miguel do Outeiro, seria esta a primeira área de intervenção, comprometendo-se depois a alargar este plano de investimento ao restante concelho. É importante aqui precisar, o município não tem poder de intervenção que não seja o poder de reivindicação sobre esta matéria, aliás, aqui e noutros sítios. Certamente que como, interventores atentos viram sensivelmente há dez dias na própria cidade de



Coimbra, o presidente da Câmara tomar uma posição pública sobre a circunstância de às portas de Coimbra existirem freguesias que não tinham acesso em qualidade à fibra e à banda larga. De igual forma também, não deixo aqui de o dizer, o município endereçou à ANACOM uma exposição da situação que se vive, para que haja do lado da tutela, a quem incumbe fiscalizar as condições de serviço público de Internet, se as condições existentes são adequadas e qual o plano de investimento que está neste momento desenhado. Pronto, queria deixar isto claro para não termos quaisquer dúvidas, sem ao mesmo tempo deixar a minha opinião pessoal que, a exemplo do que aconteceu no passado com as energias, em que há uma rede elétrica nacional que distribui e depois existem operadores em baixa que podem comercializar, de igual forma nas telecomunicações, nomeadamente no acesso às comunicações digitais deveriam existir vias rápidas, autoestradas que fossem de uma opção de gestão e de governo, e depois os utilizadores que pagassem a utilização a estas vias rápidas, a estas autoestradas para poderem difundir e comercializar nos termos que a concorrência assim o permitisse. Pronto, queria dar esta nota muito simples.

Uma nota também muito rápida sobre a questão das freguesias. Para sermos claros, nós não estamos todos a discutir a mesma coisa. A proposta de Lei que está na assembleia da república não é proposta de reversão da agregação de freguesias, é uma proposta de Lei de bases para a criação de freguesias, ou seja, só reunindo aqueles requisitos, e desde que exista voto maioritário na atual assembleia de freguesia da agregação, é que há condições para se admitir essa possibilidade. Ora, não foi isto que ouvimos em 2013 da generalidade dos partidos que contestaram uma imposição da Troika. A generalidade dos partidos, ao contestarem uma imposição da Troika defendiam que houvesse um ato legislativo de reversão. Reverter é voltar ao que estávamos antes, não é criarem-se novas condições para que se possam ou não atingir. Aliás, escusado será perdermos muito tempo e fazer muitos exercícios para perceber que com a atual proposta de Lei, algumas das freguesias que foram forçadas a serem agregadas, não reúnem esses requisitos para se desagregarem. Portanto, o que estava em cima da mesa, o que todos tinham expectativa é que houvesse a possibilidade de reversão desse modelo, e depois, quem entendesse que, pese embora, tivesse a possibilidade de constituir novamente como freguesia, mas que entende que há utilidade em estar agregada, pois muito bem, manteria. Infelizmente, o que nós vimos é que este modelo passa muito pela opção das grandes freguesias que na grande Lisboa e no grande Porto têm outro tipo de motivações e interesses que não são aquilo que, no nosso caso,

muitas das freguesias de proximidade dependem muito do trabalho dos seus autarcas ou dos senhores presidentes de junta, esta é a diferença nisto. Mas eu só queria dar esta nota para ficarmos claros, não estamos a falar da mesma coisa, não se trata, esta Lei que esta na assembleia da república de uma proposta de Lei para reversão da agregação de freguesias. O que está na assembleia da república é uma proposta de lei que define o quadro legislativo necessário para se constituírem novas freguesias.

Na segunda-feira remeti um relatório, que eu não considero ser um relatório de atividades, porque o domínio de intervenção do município, naturalmente vai muito além destas páginas que receberam. Mas do ponto de vista de ação e da intervenção do município foi mais relevante nestes dias, ou nestes dois meses. E não deixo de fazer aqui um sublinhado muito específico sobre as condições que todos sentimos no nosso país e no nosso concelho. Ninguém, como tive oportunidade de dizer, que estávamos livres, ou que estávamos melhor ou pior, por uma razão, nenhum de nós tem o poder, nem instrumentos para controlar uma pandemia nos termos desta que estamos a viver, mas se não temos condições e não temos poder, por não a dominarmos, tivemos uma obrigação que tivemos que desenvolver de forma permanente. E, esta obrigação centrou-se no apoio, na emergência, na resposta, na capacidade de articulação e de antecipação de alguns cenários, em particular junto das nossas instituições de solidariedade social e junto das intervenções comunitárias que foram sendo feitas. Se hoje podemos olhar para trás e sentir que, julgo eu, é algo que devemos lamentar profundamente mais de seis centenas de pessoas que faleceram até à data de hoje no quadro desta pandemia, das quais uma grande e expressiva maioria estavam em lares em circunstância já de alguma comorbidade, mas conseguimos em muitos dos casos estancar, controlar, não deixar alargar focos que estavam definidos, nas condições que o país conhece. Ninguém me viu aqui a testemunhar queixas se os serviços e os recursos da saúde pública eram ou não eram suficientes para que os rastreios fossem feitos no tempo que era desejável, nenhum me ouviu a dizer aquilo que julgo ser óbvio, que há circunstâncias em que se um rastreio ocorre cinco, seis, sete dias depois do contágio provavelmente já outras redes se tinham iniciado. A nossa função foi uma só, cooperação de forma supletiva, com responsabilidade, com intervenção no auxílio daqueles que tal precisaram. Portanto, eu quero aqui enaltecer, sublinhar este grande sentido de missão que todos tiveram, os colaboradores do município, mas permitam-me este sublinhado especial, tantos e tantos colaboradores de instituições de solidariedade social que sem olhar a meios, ao seu esforço, à sua dedicação, impediram que a situação de crise e de catástrofe pudesse ter



sido brutalmente avassaladora no nosso concelho, pelas circunstâncias de termos um conjunto de pessoas institucionalizadas. Eu lembro que, só na Vila do Caramulo são quase quatro centenas de pessoas que estão institucionalizadas, muitas delas que não são do nosso concelho. Como sabem, a generalidade daqueles lares estão e têm acordos com a Segurança Social que aqui coloca pessoas um pouco de todo o país, muitas delas sem qualquer retaguarda familiar. E, portanto, este momento também é o momento do elogio, o elogio a estas instituições, aos seus profissionais, aos seus dirigentes, e naturalmente a todas as entidades públicas que cooperaram de forma extremamente articulada e sempre com propósito que foi atingido tanto quanto possível as condições para se controlar este problema.

Portanto, esta primeira nota é uma nota associada à crise sanitária, às situações que vivemos, e ao momento que estamos a ter entre nós.

Não é por isso de estranhar que tenhamos, sem ainda ter antecipado este quadro que estávamos a viver entre janeiro e fevereiro, que nos meses de novembro e dezembro tenhamos acionado de novo as medidas de auxílio nomeadamente em relação ao comércio e serviços. Alargamos nos meses de novembro e dezembro o apoio a rendas ou a créditos de aquisição de imóveis para comércio e serviços de microempresas, que totalizaram 116 apoios que foram concedidos. Estes apoios, como é sabido, financiam até 50 % da renda, com o teto de 200.00€ de apoio, tal como uma renda até 400.00€, teve 50 % de apoio nos meses de novembro e dezembro.

Ao mesmo tempo colaborámos de forma diligente para que se criasse o centro de vacinação do nosso concelho. Neste momento está a decorrer é a vacinação dos mais de 80 anos ou pessoas com 50, entre os 50 e os 79, mas que tenham pelo menos uma das quatro patologias que estão identificadas nas normas da DGS, e, a condição foi, pela especificidade das vacinas que depois de abertas não podem ter muito prazo de utilização, nem podem ter também muito movimento de deslocações de espaços, a nossa primeira opção tinha passado pela hipótese de se criarem vários centros de vacinação no concelho, mas a particularidade destas vacinas que estão até agora a ser usadas não permitiu que se fizesse isso. Por isso, neste momento para já um ponto fixo no Pavilhão Municipal e numa segunda fase vamos avaliar qual é o grau de progressão.

Não deixo de sublinhar o seguinte, o plano de vacinação vai ser moroso. Temos cerca de 2700 pessoas com mais de 80 anos inscritas na base de dados dos serviços partilhados da saúde. Quero referir aquilo que o Sr. Vice-Almirante referiu, que há muitas pessoas com mais de 80 anos que até agora, por terem medico particular ou por



terem algum subsistema de saúde não estavam referenciados no SNS e na base de dados, o que está a fazer com que esteja a aumentar o rácio e o contingente dos mais de 80 anos. Mas à velocidade que as vacinas estão a chegar nós estamos a fazer duas, três sessões de vacinação por semana a uma média de entre 80, 90 pessoas dia, há aqui um longo período que é preciso acautelar. Tem havido articulação, com os senhores presidentes de junta, porque sempre que não é possível contactar as pessoas por telefone recorre-se à junta, quando assim é solicitado pelos serviços da saúde, para que possa haver um contacto direto com aquela pessoa que assim não a deixa de fora desta lista. Mas mesmo assim, com toda esta informação ainda há pessoas que se perguntam, porque é que aquele que não tem 80 anos já foi vacinado, ou já foi chamado e eu ainda não fui. Quem define as regras é a DGS, não é o município, não é o presidente da câmara, não é o presidente da junta, é a DGS, e eu julgo que hoje, a não ser por má fé ou por falta de informação, não creio, ninguém poderá ter dúvidas de quais são as regras que estão definidas no plano de vacinação. Mas eu quero dar esta nota, será um trabalho moroso e com grande envolvimento de muitos recursos, nomeadamente na parte logística. Eu observo que, por exemplo, mesmo em relação à vacinação que ocorreu na primeira fase nos lares sempre que houve sessões de vacinação os serviços do município, nomeadamente proteção civil, recursos humanos que foram necessários, tudo isso foi preciso para acompanhar este plano.

Queria dar ainda uma nota muito objetiva e rápida sobre a parte destas questões da emergência da pandemia, um conjunto de intervenções que estão na rua, nomeadamente em termos de intervenções na rede viária. Portanto, neste momento estão várias empreitadas que tinham já sido adjudicadas e que naturalmente este período não garantia que se pudessem executar face às alterações da temperatura em particular e do clima, mas neste momento está a decorrer a empreitada da requalificação da estrada da Póvoa do Rodrigo Alves/Covelo, e que também esta incluída nesta empreitada a requalificação de pavimentos em Lobão da Beira e em Canas de Santa Maria. Tudo o que eu estou a dizer são obras consignadas que só dependem das condições do tempo para poderem arrancar, a estrada Fráguas/Sabugosa, as pavimentações em vários locais das freguesias de São Miguel do Outeiro e Sabugosa, tudo consignado. Está a reabilitação de pavimento num troço da estrada ali em Nandufe, como também a zona de Santiago de Besteiros, a ligação de Campo a Lourosa, Campo de Besteiros / Lourosa, pavimentações na Arnosa, pavimentações que também aqui na área urbana da cidade, reabilitação de pavimentos, todas estas intervenções, repito, estão consignadas. Ao mesmo tempo estão



neste momento já ultimados projetos para colocar em concurso de intervenções em Mouraz, Vila Nova da Rainha, Dardavaz e Molelos, estão outros a ser preparados nas freguesias de Castelões, São João do Monte e Lajeosa do Dão, e também já está concluído o projeto para lançar em concurso, que se tinha iniciado o estudo em dezembro passado, de uma nova empreitada de requalificação urbana na freguesia do Guardão e em concreto na Vila do Caramulo. Pelas razões que à frente irei tentar mostrar em duas ou três fotografias, para percebermos aquilo que estamos aqui a dizer.

E, portanto, queria dar estas notas, como também não deixo de dar aqui uma referência áquilo que tem acontecido nas Zonas Industriais. Nós estamos a continuar com um grande ritmo na Zona Industrial de Tondela, portanto, há blocos de trabalhos que já estão a ficar na fase de conclusão, nomeadamente o grande estacionamento, esse já está praticamente concluído, e iremos disponibilizar as infraestruturas á medida que as mesmas estiverem já neste momento em ordem.”

De seguida, o presidente da câmara municipal apresentou o relatório de atividade e financeiro (anexos 1 e 2), acompanhado pela visualização das atividades desenvolvidas no período que decorre desde a assembleia de dezembro até à presente data.

O senhor presidente da mesa pediu desculpa ao membro Rui Santos por não lhe ter respondido à questão colocada, se a sessão estava a ser transmitida, ao que informou a mesa não tinha dado indicação para que tal sucedesse, atendendo que a assembleia ainda se tinha pronunciado sobre o assunto.

O membro Vera Machado tomou da palavra, com a intervenção que se transcreve:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,
Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Deputados,
Vereadores, Comunicação Social e Público presente,

Dirijo-me a vós neste período da Ordem do Dia para abordar uma temática que é transversal a todos os patamares da administração pública e a toda comunidade: a saúde.

Permitam-me que aborde um conjunto de setores e propostas que afetam realmente a nossa vida em comunidade e que se prendem com estado pandémico em que nos encontramos, o seu combate e mitigação, bem como a projeção destes e outros problemas relacionados com o serviço de saúde e a dita “bazuca” financeira no futuro.



Começar por reconhecer que este executivo socialista tem, com certeza, o momento de governação mais difícil da história moderna, talvez só comparável ao início do século XX, mas sublinhar também que planeamento não é de todo uma palavra sua.

Sem rodeios há análises que, ainda que duras, inevitavelmente têm que se fazer e uma delas é a inexistência de planeamento para a segunda e terceira fase do vírus Sars-COV 2. E escusam de vir com “paninhos quentes”, desculpas, mas o governo não planeou devida e atempadamente para minorar os impactos desta tragédia.

Tivemos uma primeira vaga modelo, os portugueses tiveram um comportamento exemplar. O verão passou, veio o frio, a chuva, as estações invernosas, a segunda vaga aparece terrivelmente agressiva e chegamos ao ponto de uma terceira vaga catastrófica.

A comunidade que no início da pandemia foi exemplar, mudou assim tanto os seus comportamentos? Foram dados sinais para que a postura se alterasse? Ou o que está a acontecer é de culpa exclusiva de uma sociedade que não se sabe comportar?

O governo falhou em toda a linha.

Falhou quando, e inexplicavelmente, e já com o motivo da variante inglesa no país, aliviou para devolver o Natal às famílias. Falhou quando não planeou atempadamente a segunda e terceira vaga que se sabia mais letal na medida em que se conjugaria a tempestade perfeita, com gripes e pneumonias no auge. Falhou porque não contratou recursos humanos, porque não adquiriu equipamentos e não foi capaz de criar uma verdadeira rede que englobasse SNS, sector social e privados.

Falhou porque andou a propagandear e a fotografar a administração das primeiras vacinas como se a salvação tivesse chegado.

E agora? Felizmente que os números estão a estabilizar de forma consolidada, os portugueses não são os mesmos? Antes comportaram-se mal e agora comportaram-se bem? Ou finalmente foram dados os sinais no sentido certo e como sempre os portugueses cumpriram?

Conseguimos ser pioneiros pelo pior motivo. Portugal atingiu a meta do país do mundo com o maior número de mortos por milhão de habitantes pelo Covid-19 num passado recente.

E, portanto, a recuperação não passa por comunicar e fazer o que é politicamente mais confortável, o pós Covid-19 terá que começar por um plano de desconfinamento faseado, planeado e suportado na ciência. E a seguir a essa fase terá que vir o recuperar da saúde, do ensino, do trabalho e da produção nacional. Mas essa recuperação tem que ser sólida, transparente e sobretudo transversal a todos os territórios.



Olhando mais atentamente para o nosso concelho a falta de planeamento é gritante, não acautelaram recursos para baixas medicas, reformas, entre outros.

Basta observar o que aconteceu com as extensões de saúde da Lajeosa do Dão, Caramulo e S. João do Monte, encerraram por falta de administrativos.

É esta a estratégia do Ministério de Saúde para os territórios envelhecidos e desertificados?

É esta a defesa do Serviço Nacional de Saúde?

Onde está a resposta de proximidade que tanto apregoam?

Onde está a aposta nos cuidados de saúde primários?

Felizmente os nossos autarcas, municipais e de freguesia tiveram a capacidade negocial, a resiliência, a persuasão e a competência para encontrar uma solução para este grave problema das comunidades. Importa sublinhar que o problema é resolvido à conta dos recursos humanos do Município.

E vamos agora ao PRR, Plano de Recuperação e Resiliência.

Infelizmente uma oportunidade perdida, principalmente para a nossa Região.

É consensual a todos os quadrantes políticos que o Centro Oncológico de Viseu é essencial, a própria comunidade intermunicipal o indicou como equipamento prioritário e a incluir neste plano.

E quando se analisa a proposta vê-se equipamentos de saúde específicos para as grandes áreas populacionais, referências a cuidados de saúde primários específicos nas grandes cidades e o Centro Oncológico, dizem eles, subentende-se que também lá está, sem uma referência concreta.

Nas áreas da saúde mental, também subentendemos, mesmo que ninguém coloque uma virgula neste plano, que lá deve estar o Hospital Psiquiátrico de Viseu, somos um povo de fé, vamos acreditar que sim.

Camas de Paliativos e de continuados sem mapeamento.

O Partido Social Democrata quer acreditar que não haja o perigo de serem concentradas nas grandes áreas metropolitanas.

E o investimento nas empresas e no setor científico que tão importante está a ser nesta pandemia?

Queremos acreditar que sim.

Deixo por isso aqui o desafio aos partidos com assento nesta assembleia municipal, em particular ao que suporta o governo que pressione para que fique

explicitamente registado no PRR a obra do Centro Oncológico e da dignificação da ala psiquiátrica do Hospital de Viseu.”

De seguida foi dada a palavra ao membro Guilherme Duarte com a intervenção que se transcreve:

“Bom dia a todos,

Cumprimentos,

Ao longo dos últimos anos, como já nos temos vindo a habituar, o Município de Tondela tem demonstrado a vontade e a intransigência em estar na linha da frente no combate às preocupações e às necessidades da nossa população.

São várias as atividades que se destacam desde a última reunião de Assembleia Municipal, no passado mês de dezembro de 2020.

Quero aqui dar um enfoque a algumas delas, associando-as a alguns setores da nossa sociedade.

Permitam-me, antes de mais, que destaque dois momentos importantes, o primeiro prende-se com a comemoração do 33º aniversário da elevação de Tondela a cidade, um momento que juntou todos, este ano de forma virtual, prevalecendo o sentimento de orgulho, de celebração e de alegria. Adaptado à realidade que hoje vivemos, o seu programa em nada ficou condicionado, sendo conhecido o vencedor do concurso de ideias para o “Monumento ao Oleiro” como também a atribuição de cinco menções honrosas a trabalhos associados a esta iniciativa. Num segundo momento destaco o Natal, celebrado de uma forma diferente do habitual mas mesmo assim o Município não se esqueceu de ninguém, com a decoração de Natal e as musicas nas ruas da cidade, como da alegria dos mais novos, que puderam assistir ao Natal no Concelho e sentir o seu verdadeiro significado, através do Camião de Natal que percorreu todos os cantos e recantos do nosso concelho levando animação e alegria a todos. Esta é a prova de que apesar das atuais condicionantes sociais em que vivemos, o Município não esqueceu a importância da nossa Olaria e dos nossos Oleiros, através do concurso de ideias como não esqueceu de levar esperança e alegria a toda a nossa comunidade espalhada pelo concelho fora.

Como referi, não irei falar de toda a atividade do Município, que inclusive o Sr. Presidente já o referiu, mas destaco algumas.

No setor da Saúde, permitam-me que destaque a iniciativa do Município em dar a segurança necessária aos nossos eleitores e aos membros das mesas de voto que



estiveram nas últimas eleições presidenciais, tomando a iniciativa, através de fundos próprios, de proporcionar testes rápidos de despistagem à COVID 19 aos 330 membros das mesas, espalhados por todo o concelho. Como também, é de realçar a preparação de um Centro de vacinação contra a Covid-19, utilizando uma infraestrutura municipal “O Pavilhão Municipal de Tondela”, para operar esse mesmo centro. O PSD parabena o Município, na pessoa do Sr. Presidente, pela forma perentória, perspicaz, responsável e estratégica que previu os possíveis condicionantes que poderiam afetar os processos de segurança dos nossos eleitores como o modelo de vacinação contra a Covid 19 que aí vinha.

Na área da educação, permitam-me que destaque algo que já tem vindo a acontecer nos últimos anos e que para mim, tem uma importância social enorme. Refiro-me à atribuição das Bolsas de estudo a alunos que se encontrem numa situação socioeconómica de maior fragilidade. Este ano foram atribuídas a cerca de 22 alunos do nosso concelho, para o PSD o ideal era que não houvesse necessidade de atribuir uma que fosse, mas fica claro para todos, o Município tem uma preocupação notória em combater o insucesso escolar, promovendo a igualdade de oportunidades, independentemente de quem é, de onde vem ou se tem ou não as condições financeiras para o fazer. Este é um bom princípio!

Por fim, destaco o motor económico do nosso concelho, a estratégia que os autarcas eleitos pelo PSD tem tido ao longo dos últimos anos em promover a economia local, tem vindo diariamente a dar frutos, e hoje somos um concelho do interior com uma taxa de desemprego baixíssima e em que a maioria do emprego, ao contrário de concelhos governados pelo socialismo, é emprego privado, fruto da grande importância estratégica em dar condições à fixação de empresas e ao seu crescimento contínuo. Os casos da expansão da BROSE, no qual o Município celebrou um contrato de venda de um lote na zona industrial para essa mesma expansão, traduzindo-se num investimento por parte da empresa de cerca de 7 Milhões de Euros para a criação de 500 novos postos de trabalho, à notícia da Eberspächer, que em pouco mais de três anos, emprega mais de 550 trabalhadores e foi considerada recentemente entre as 10 maiores empresas exportadoras Portuguesas. É notável, para o Município e no qual o PSD se revê inteiramente, a aposta continua na atração de novos investimentos e de novas ideias para os diversos setores económicos do nosso concelho, como ficou notório no Workshop, intitulado “ A inovação na Industria Agroalimentar”, de forma a promover o debate com



aqueles que hoje, no setor agro -alimentar desenvolvem a economia local como também promovem o nome do nosso concelho até aos 4 cantos do Mundo.

Para o PSD, é preciso capacidade de organização, visão estratégica, vontade de dia após dia, acrescentar mais ao nosso território, em ir ao encontro das necessidades e dos anseios da nossa população, e bem sabemos que ainda há muito a melhorar e a acrescentar, mas uma coisa estamos tranquila e consciente, é do caminho que queremos para o nosso concelho. Obrigado.”

O membro Regina Coimbra tomou da palavra, com a intervenção que se transcreve:

“Bom Dia

Sr. Presidente da Assembleia, restantes elementos da mesa

Membros da Assembleia Municipal, Sr.s Vereadores Presidentes de Junta, comunicação Social e aos demais presentes.

A Educação e a Pandemia decorrente da COVID-19

A resposta à pandemia da doença COVID-19 evidenciou uma necessidade estrutural que já estava bem identificada: a necessidade de dotar as escolas, os docentes e os alunos para o desenvolvimento de competências digitais no trabalho escolar.

Como sabemos, a resolução do Conselho de Ministros nº.41/2020, de 6 de junho estipula que no ano letivo 2020/2021 deverão ser implementadas as medidas, através das diferentes fases, para ser alcançada a universalização do acesso e utilização de recursos didáticos e educativos digitais por todos alunos e docentes.

Para além da aquisição de computadores, conectividade e licenças de software para as escolas públicas, será ainda desenvolvido um programa de capacitação digital.

A suspensão das atividades presenciais nas ofertas formativas de dupla certificação foi englobada nas medidas gerais e o Ensino Profissional é baseado numa rede de ofertas formativo que é constituído por escolas públicas e privadas que prestam um serviço público de educação, motivo pelo qual não se compreende que os alunos carenciados que frequentam o ensino profissional não estejam abrangidos pelas medidas previstas na “universalização da Escola Digital”.

Após a apresentação das atividades pelo Sr. Presidente do Município referente aos apoios prestados na área do ensino, cumpre-me dizer a este respeito, que a rápida resposta do município constitui um trabalho essencial.

Enaltecer ainda, a resposta do município às necessidades das escolas do concelho distribuindo computadores/routers.”

O membro Martinho Loureiro interveio:

“Bom dia a todos.

Queria cumprimentar a mesa, o senhor presidente da câmara, os colegas e membros desta assembleia municipal.

Queria questionar o senhor presidente da câmara, neste ponto das atividades, quando diz que está para arrancar o alargamento e beneficiação de algumas estradas. No que diz respeito à ligação da estrada Campo de Besteiros / Lourosa / Santiago de Besteiros está incluída? Tal como tinha dito, em resposta, há cerca de dois anos atrás, que estaria incluída a pavimentação da estrada Lourosa à ZIM do Lajedo, quando questionado à época

Por outro lado, queria mostrar aqui também alguma indignação no discurso e locução feito aqui pela deputada Vera Machado relativamente à questão do COVID e à questão da abertura do Natal. Eu percebo a facilidade com que se fala nestas coisas, tentando tirar algum proveito político sobre a ação do Governo sobre essa matéria, mas, e também já aqui foi falado que há muitos especialistas avulso por aí, relativamente à questão da forma como se faz a gestão e o planeamento do Covid e das ações Covid. O que é fato é que todos nós temos conhecimento que tudo aquilo que foi feito pelo Governo, foi sempre feito de uma forma democrática, consultando todos os partidos com assento na Assembleia da República, instituições ligadas comércio, instituições ligadas a educação, bom, ao Presidente da República, consultando os maiores especialistas do país e internacionais. E, tudo tem sido feito, por aquilo que nos é dado a conhecer, tem sido feito de acordo com esta observação alargada da realidade que se passa em cada momento. Isso é louvável, eu julgo que é louvável todos os intervenientes darem a sua participação, fazerem a sua prova da atenção que estão a dar ao assunto. Julgo que até ao momento a ação do governo tem sido de uma transparência absolutamente reconhecível por todos, portanto, não acho de forma alguma úteis intervenções políticas a este nível, só do enxovalho, que não tem razão de existir. Muito obrigado.”

O membro Rui Santos interveio, de seguida:

“Senhor presidente da assembleia;

Senhores membros da assembleia;

Senhor presidente da câmara.

Em relação à deputada Vera, eu só queria lembrar que as mesmas pessoas que tanto reclamavam antes do Natal, quando foi a manifestação dos restaurantes, que era preciso abertura, que depois no meio de janeiro tanto reclamavam que se fechasse tudo, agora são as primeiras a querer planos para induzir princípios de abertura e convencer as pessoas que vamos ter abertura.

Portanto, é melhor ver como é que comentamos isso, porque isso de passar culpas, sabem, dá jeito fazer agora uma clara oposição política à boleia da tragédia da Covid quando há alguns ameaços de fuga de eleitorado para a direita do PSD, como se torna evidente desde as eleições presidenciais. Eu, gostarei muito de discutir isso em outra altura e não neste ponto, e poderemos fazer uma discussão alargada numa próxima assembleia onde haja melhores condições para discutirmos.

Primeiro lugar, em relação às atividades da câmara, foi-nos remetido um relatório financeiro, penso que o senhor presidente da câmara prestou atenção, onde aparecem algumas coisas estranhas, porque na segunda página, quando se fala nas estruturas das receitas diz que “analisando a estrutura fica-se com o capítulo das transferências correntes, apresenta como mais expressivo atingindo aproximadamente 58 de execução da despesa total”. Há aqui algumas coisas que não me parece que estejam corretas, porque eu não consigo perceber exatamente, porque aparecem aqui “execução da receita”, fala-se em 58% e depois aquilo que eu vejo lá é que da mais ou menos 9%, 9.5%. Eu não sei se isto está correto ou não, e, portanto, gostaria de ver se isto corresponde às questões que são efetivamente reais. Porque até há uma coisa, eu por mim não tenho nenhuma questão nesse sentido, que a câmara pode ter disponibilidade de caixa, porque na questão da despesa verifica-se que há um pagamento de despesas de capital que são o dobro das receitas de capital cobradas. Mas isto era uma questão que me aparece aqui, e eu gostaria de saber se isto não se trata de qualquer lapso ou de qualquer erro de vírgulas que possa aqui haver.

O problema da transmissão da assembleia para mim não é muito importante, não estou à procura de nenhum palco, o problema é que a Lei que permite a realização destas assembleias, diz que desde que haja condições elas devem ser transmitidas, independentemente da autorização da assembleia, porque a questão é pública. O que para mim não é importante, foi apenas uma pergunta para saber como é que isso estava, que aliás faz parte das condições para que as assembleias sejam realizadas por esta via. Bom, mas isso não é uma questão relevante para já, vamos ao que nos trás aqui.

De facto, em relação ao IP3, o atraso nas obras é uma coisa que me preocupa, mas quando as pandemias têm efeitos sobre as empresas que estão a fazer as obras da Câmara Municipal, também tem efeitos sobre as empresas que estão a fazer as obras do IP3. E no caso das obras que já deveriam estar concluídas, a reabilitação do troço Penacova-Lagoa Azul, elas não estão atrasadas por falta de adjudicação, nem propostas de execução por quem as devia fazer, é um problema com as empresas. Bom, mas aí enfim, o que não é uma coisa de dar importância, o importante é que elas sejam acabadas, e que se faça tudo para fazer com que não haja distrações. Aí estamos todos de acordo, e que elas avancem o mais rapidamente possível.

Em relação à questão que foi falada por causa do acesso à internet, eu lembro-me de na última ou penúltima assembleia dar o exemplo da Suíça onde a estrutura base de acesso a usar por todos operadores é privada. É a Swisscom que detém todas as redes de fibra ótica, e os outros operadores utilizam esse serviço e pagam. Claro que em Portugal o problema é outro e eu queria-os lembrar que quem tanto defendeu a privatização desses serviços e o desaparecimento da Golden Share que o Estado detinha sobre a PT, hoje está a perceber como é que nós não podemos e não temos condições para o fazer valer uma solução dessas a uma empresa como a Altice. Acho muito bem que se atue junto da ANACOM, no sentido de procurarem fazer pressão para que cumpra os seus objetivos de serviço público, e que forneça o serviço devido e com qualidade, uma vez que no nosso concelho ela é praticamente hegemónica. Mas em relação as outras põem-se o mesmo e levanta-se a questão que eu, há bocado, referi da possibilidade de utilização da cobrança da taxa de direitos de passagem para tentar fazer acelerar o desenvolvimento dos trabalhos, mesmo que perceba que neste momento com a pandemia a questão possa ser mais complicada para a própria empresa. Mas quem, como a Altice, andou a optar pelo negócio na área da energia elétrica, e quer passar a ser vendedor de energia elétrica através da REN, em vez de tratar da resolução da falta de acesso de fibra ótica é outra. Até há uma proposta na Assembleia da República do grupo parlamentar do PCP para criar um operador público novo para fazer isso, como é normal no caso das propostas do PCP.

Em relação à saúde, eu acho que a câmara fez muito bem em atuar e intervir, mas também acho que a saúde tinha obrigação de dizer que, por exemplo, na extensão da Lajeosa houve encerramento, em parte, por haver pessoas lá trabalhavam que estiveram em isolamento. Nunca foi divulgado, nunca foi informado, tanto quanto sei e queria dizer que ela se calhar não abriu mais cedo porque o Coordenador da Unidade de



Saúde Familiar Cândido Figueiredo de Canas de Santa Maria até pediu que ela reabrisse mais tarde, por forma a preparar as pessoas que pudessem ir para lá. Eu próprio sei como isso se passou, a câmara é o órgão institucional que representa o concelho, fez aquilo que era sua obrigação, reivindicou, exigiu, ofereceu meios. Fez muito bem como fazem grande parte das câmaras por aí fora. O processo da vacinação é genericamente comum a todos os municípios, está a fazer a sua obrigação, enquanto órgão está nas suas competências, saúda-se que o faça. Neste caso das extensões e em situação de emergência acontecem coisa que também me custam a perceber. Como é que há tantas dificuldades num serviço como esse, inclusivamente para aceitar voluntários para trabalhar, que porventura podiam estar a fazer esses serviços de apoio porque têm formação e percebem perfeitamente os deveres de confidencialidade que se exigem quando se trabalha em serviços deste tipo. Mas não há condições para eles poderem prestar serviços, porque os próprios clínicos, provavelmente no uso de direitos reconhecidos pela Ordem se recusam trabalhar com algumas pessoas porque acham que não garantem a confidencialidade dos dados. E já houve intervenções da Ordem inclusivamente nesse sentido junto dos responsáveis coordenadores.

Em relação a outra questão, eu gostaria de saber se daqui a bocadinho me permitem passar uma fotografia, e queria passar à questão que o senhor presidente referiu. Fico muito satisfeito porque parece que havia já um papel a circular para anunciar no Caramulo que iam ser feitos investimentos de 600 Mil euros na repavimentação e, portanto, eu gostaria de saber duas coisas. Eu estive na segunda feira passada no Caramulo, e passei por esses arruamentos todos, e se há fotografias que foram aqui mostradas pelo senhor presidente da câmara de um arruamento onde foi repostado piso e que tem um piso perfeitamente em condições, há outros casos que não será assim, e talvez parte do problema tenha sido levantado, porque o arruamento da parte de trás do Museu do Caramulo foi repavimentado todo de novo. Portanto, quando num lados se começou a repavimentar e em outros não se começou, talvez tenham surgido dúvidas nas pessoas por causa disso. Claro que também há a questão dos passeios. Os passeios que foram levantados por causa das obras têm de ser repostos, é evidente, isso é normal.

Gostaria de saber, porque na questão do PEDU que nos foi apresentado, isso não aparecia suficientemente claro, até porque as planas são todas muito pequenas e é difícil ver, o que é que lá está previsto em relação àquele arruamento que se via no final a entrada do Grande Sanatório, porque é um arruamento publico, onde a certa altura

alguém do Grande Sanatório andou a construir uma espécie de muro para um portão de entrada. Não sendo do Grande Sanatório e sendo propriedade pública, quero saber o que vai acontecer em relação a esse arruamento que é um arruamento público.

(De seguida foi partilhada uma Fotografia do Caramulo)

Isto é a rua do Chão dos Moinhos, e é a segunda vez que acontece, e já esta assim há algum tempo. O que é que está previsto fazer-se aqui para que não se repita, porque para além disso algumas pessoas que cultivam aqui algumas pequenas terras estão bastante preocupadas porque todo o tout-venant e areia foi arrastado. Tive oportunidade de falar com uma delas que se mostrou preocupada pois assim não é possível fazer o cultivo destes terrenos como gostariam de fazer.”

O membro Arménio Marques tomou da palavra:

“Bom dia senhor presidente da assembleia;

Senhor presidente da câmara;

Excelentíssimos senhores deputados.

Queria dar em primeiro lugar os parabéns ao senhor presidente da câmara pelas atividades que demonstrou hoje nesta assembleia, atividades estas que vão engrandecer o nosso concelho.

Para não perder muito tempo, queria explicar, de forma rápida, aos senhores deputados do PSD, do PS, menos a um, de que tudo aquilo que o senhor presidente da junta de Tondela escreveu nos jornais e consta uma sentença, o deputado Arménio Leite Marques, não fez nada daquilo que esse senhor escreveu, e já mandei instaurar um processo crime, por difamação contra três entidades. Vamos esperar, e daqui não falo mais nada porque é segredo de justiça.

Queria perguntar ao senhor presidente da câmara o seguinte, a responsabilidade da manutenção da servidão de águas ao domicílio e a servidão de águas para a população é da responsabilidade da câmara, além da empresa que vende a água. Mas, a câmara é o tribunal dos munícipes. Ora, como é que é possível as águas dos chafarizes estão inquinadas e nem um aviso têm? Todos os dias eu verifico que há pessoas que vão ao fontanário do Carvalhal e que a água inquinada pelo saneamento. Por outro lado, sei que os serviços técnicos têm feito ver às entidades responsáveis por esses avisos que as águas estão inquinadas. A entidade responsável por isso deve andar a pensar noutras coisas.

Quanto à atividade que eu tenho tido perante a junta de freguesia de Tondela, queria explicar que nunca pedi, nem abusei de um centímetro. Queria explicar que já



muito terreno tenho dado à junta de freguesia, nomeadamente quero esclarece que o largo em frente da Caixa Geral de Depósitos, eu comprei, dei à camara, que os prédios são feitos de acordo com a Lei estipulada para este tipo de construções. Mas aquele terreno eu comprei e dei, eu dei o jardim e o parque em frente às finanças. Eu comprei o terreno, paguei e é património da câmara e da junta de freguesia. Eu comprei e paguei o terreno na urbanização Bela Vista, tem um parque de estacionamento atrás, tem uma rotunda com um grande jardim, tem aqueles arruamentos todos, paguei o terreno e dei à junta de freguesia.

No Carvalhal, fiz dois prédios, dei terreno para parque de viaturas, aquilo é património da câmara e da junta de freguesia. Eu comprei e paguei terreno para fazer a urbanização aqui de Tondela, a partir do segundo prédio aqui junto à Joanhinha comprei e paguei aquele jardim que dá entrada ao parque. Paguei, é património publico. E eu não estou para perder mais tempo. Eu pergunto quantos terrenos é que a família do senhor presidente da junta já deu ou doou nestas condições ou noutras quaisquer à câmara municipal ou à junta de freguesia.

Senhor presidente da câmara, o problema da praia que o senhor presidente da junta instalou no Carvalhal. Quando fizeram a ligação, essa água desde um barracão da drogaria Neves até à escola e ao pavilhão, a câmara de então, o presidente da câmara e o responsável técnico, um dia pediram-me para estar junto que gostavam de falar comigo. Tiraram uma conclusão comigo em canalizar a água, a sugestão que eu dei é aquela que la está, aquela que serve melhor o município e as pessoas. O presidente da junta de freguesia em tempos falou comigo, se eu tinha o muro preparado. Eu tenho um terreno que dá para essa praia, os bombeiros nunca la tiraram um litro nem vão tirar. Eu disse ao senhor presidente da junta que não queria que ele mexesse no meu muro, nem gastasse dinheiro comigo. Bom, o senhor presidente da junta enganou os eleitores do Carvalhal e da Ermida, porquê? Prometeu uma piscina de água limpa e deu-lhe um rego de água porca, basta ver as ervas que se dão naquela água, são águas de poluição, são ervas que se dão bem na poluição. Em lugar de ter uma praia, o Carvalhal não tem praia nenhuma, tem um areal.

Há uma semana ou duas semanas, foram extraídos desse rego, dessa praia umas cinco ou seis carrinhas de areia, já lá estão outras tantas, porque ela já estava armazenada de há dois anos ou três que a junta de freguesia fez aquele trabalho e essa areia foi-se dando pelo tubo acima, que esta manilhado naquela parte toda que esta alcatroada. Continua cheio, já tem de ser tirada outra vez. De quem é essa

responsabilidade, o presidente da junta foi ao Carvalhal enganar os munícipes porque foi fazer um muro a um senhor, que já faleceu, e esse terreno esta inculto desde que foi feita a rua. Se lá não estivesse o muro devia era ter feito, deveria era ter feito por pôr o transito a circular, porque obriga os munícipes da Ermida a fazerem 185 km por ano a mais. Eu queria que o senhor presidente da câmara tomasse nota nisto. Obrigado.”

O membro Francisco Coutinho interveio:

“Muito bom dia a todos.

Senhor presidente da assembleia geral;

Restante mesa;

Senhor presidente da câmara;

Caros deputados;

Caros companheiros presidentes de junta e união de freguesia.

Ora bem, às questões que o senhor Arménio Leite Marques aqui levantou, eu quero dizer o seguinte, é evidente que relativamente à minha família ou à família dele não vou tecer qualquer comentário, os amigos escolhem-se, a família não, e portanto, mesmo assim, eu tenho muito orgulho de um lado e de outros de pertencer às famílias que eram origem á minha pessoa.

Relativamente á fonte do Carvalhal, eu quero esclarecer que o senhor Arménio tem razão que a água realmente esta inquinada. Entretanto no ano passado, alguém que eu não logrei descobrir, porque disseram-me que atento à proteção de dados não identificavam a pessoa, alguém mandou fazer um exame laboratorial em Viseu, e afixaram lá um cartaz a dizer que a água estava potável. Imediatamente eu comuniquei ao Centro de Saúde que fez testes à água e não esta própria para consumo. Eu, várias vezes ao ano afixo lá cartazes a dizer que a água não esta potável, falo com as pessoas, mas teimam em ir lá ir buscar a água.

Relativamente à dita praia contruída no Carvalhal, não é verdade, eu nunca prometi nenhuma praia. Na conversa que tive com o senhor Arménio, também não é verdade que eu lhe pedi para limpar o muro, o que ele me disse é que queria que manilhasse aquela ribeira para fazer dois flats, um virado a Nascente e outro a Poente. Eu disse-lhe que não, que não podia manilhar a ribeira. A ribeira é uma obra muito bonita que todas as pessoas do Carvalhal se orgulham daquela obra. Entretanto, a areia que lá está, é um caso de polícia e eu não me vou meter nisso, o SEPNA já lá foi. Alguém foi autuado, irá responder por isso. Alguém, propositadamente, com ameaças feitas no verão, já tinha dito que isso iria acontecer. Enquanto for presidente da União de



Freguesias, sazonalmente mando lá uma máquina tirar a areia da ribeira, limpando-a. Podem voltar a fazer, aos sábados e domingos movimentações de terra junto da ribeira para boicotar aquilo tudo, mas eu pacientemente, as pessoas sabem o que se passa, portanto vou lentamente e sempre que tiver disponibilidade temporal e financeira limpar a ribeira, que é uma obra que orgulha todas as pessoas do Carvalhal. De resto não tenho mais nada a dizer, agradeço a disponibilidade que me concederam.”

O membro Marta Marques interveio:

“Bom dia a todos,

Eu gostava só, em relação à intervenção da deputada Vera, quero aqui referir algumas questões relativamente aquilo foi dito, pela forma que o governo tem intervindo e desempenhado após o início da dita terceira vaga. De facto, os especialistas, como sabem eu estou ligada à investigação e acabo por acompanhar um pouco mais de perto aquilo que sucede, alertaram de facto que isso poderia vir a acontecer e de facto aconteceu, derivado da abertura que foi dada no Natal. E aquilo que eu queria realmente voltar a referir, porque a mim custa-me um pouco acompanhar às vezes a reação dos outros partidos políticos e de algumas pessoas da sociedade, relativamente à forma como o governo tem respondido a esta crise sem precedentes, que é sempre na perspetiva da crítica depois daquilo que sucede e que possa eventualmente ter acontecido da maneira que não se queria. E na verdade, lembrar também que todos os partidos políticos aceitaram e apoiaram essa abertura no Natal e acabou por ser depois cortada na passagem de ano. Apoiaram essa iniciativa e na verdade, aqui eu penso que é verdade, que o governo depois em resposta pode e teve algumas excitações, nomeadamente naquilo que os especialistas na ciência alertaram. Eu aceito que essa crítica seja feita, mas acabaram por tentar sempre um compromisso entre a economia e aquilo que acharam que os portugueses iriam cumprir. E na verdade, não cumpriram. Acreditaram que as coisas iam suceder da mesma forma como sucederam em março do ano passado e infelizmente não foi o que aconteceu. Mas na verdade há aqui só uma questão que eu queria alertar, apesar de alguns erros, apesar de tudo o que tem sucedido e das críticas principalmente que os serviços da oposição têm trazido, Portugal continua a ser dos países que mais testa a nível mundial. Nós fazemos neste momento a estatística, estamos a fazer 800 mil testes por milhão de habitantes. A prevenção e intervenção na prevenção passa muito por aí. A resposta do SNS esteve à altura, mas claro que há limites. A vaga foi tão intensa que acabou por rebentar com a capacidade. Penso que criticar da forma como a deputada Vera fez, é na minha perspetiva um pouco



criminoso, porque nós temos tentado fazer o melhor, há sempre margem para melhorar, mas se formos olhar a outros países da Europa e no mundo, apesar de termos estado, infelizmente, no topo, pelas péssimas razões que todos sabemos, agora durante o mês de janeiro, fevereiro, penso que temos feito um bom trabalho e teremos sempre que passar pelo alerta que nada acabou e portanto, apesar deste período de confinamento muito ainda terá que ser feito por nós como cidadãos, para evitar que situações como aquela que vivemos agora neste mês de janeiro voltem a acontecer. Queria apenas alertar, porque não é só planeamentos do governo, passa também pelo nosso dever cívico de continuar a fazer e a seguir as medidas que a DGS nos tem vindo a recomendar.”

O membro Vera Machado respondeu:

“Muito rapidamente e começando pelo final, a Marta fez uma intervenção sensata, ela própria diz que os cientistas alertaram para a questão do Natal. Acho que todos nós dentro das nossas funções e dos nossos papéis temos tentado fazer o melhor. A questão é esta, eu gosto de analisar fatos e os fatos são estes, e, portanto, nunca tiraríamos partido de nenhuma catástrofe, nunca foi essa sequer a postura do PSD, nem a minha postura individual. Agora, efetivamente o encerramento de escolas foi uma trapalhada, porque depois também não tinham meios para o ensino a distância, a questão da vacinação, o senhor que saiu, e, portanto, eu não vou estar a comentar rigorosamente mais nada sobre isto, e, alias o Partido Social Democrata esteve sempre ao lado do País quando foi aprovando os Estados de Emergência.

E, ao deputado Rui Santos, queria só dizer que a fuga do voto para a direita é uma questão que também preocupa a esquerda, porque acho o voto todo da esquerda fugiu agora para a direita quando foi do Marcelo, e, portanto, penso que também terá de se preocupar um pouco.”

Atendendo a problemas de ordem técnica, o membro Vera Machado deixou de ser audível.

O membro Arménio Marques voltou ao debate:

“Para responder que toda a minha vida dei o meu conhecimento ao meu município, câmara municipal e à minha anterior junta de freguesia. Dizer que a câmara que aquele lugar se vai encher toda a vida de areia. A areia que enche aquela praia, senhor presidente da assembleia, é o IP3 desde lá de cima do nó, quando começa a descer, vai descer áquele areal. O senhor presidente da junta acusou, que eu andava aos sábados e domingos. Queria-me proibir de trabalhar? Já que ele não trabalha, trabalho eu. Eu ando em terra preta que não dá areia, não queira acusar outras entidades, nem eu

quero acusar entidade nenhuma, mas, senhor presidente da câmara, de onde é que vem a areia, de onde é que começa, e já a encher há três anos. Quanto a extração de areia, o senhor presidente da junta deve saber que até houve concurso da venda da areia, não pode transportar seis camionetes de areia para os amigos ou para algum lado, tem de fazer um concurso publico, porque o Carvalhal queria comprar areia e não comprou, porque não teve essa possibilidade.”

Seguidamente, o membro Vera Machado retomou a sua intervenção:

“Entretanto, foi aqui evocado um assunto que eu era para não referir aqui, penso que nem será para aqui chamado, terá que ser na Assembleia de Freguesia, porque, como estava a dizer sou natural, residente e criada, na rua da Fonte, e, portanto, o ribeiro fica mesmo ao lado da casa dos meus avós. Quando se levantou a questão da areia e do tal entupimento, preocupou-me, porque não deixa de ser um local onde eu vou todos os dias, e, é a minha freguesia, a minha terra, fiquei preocupada. Agora, a minha dúvida ali é, provavelmente, estava a pensar falar na assembleia de freguesia, quem é que fez a obra, quem é o autor, se planeou bem a questão do escoamento, se há parecer da APA, se está tudo em conforme, porque é que aquilo está a acontecer. E eu era para ter deixado estas questões para a assembleia de freguesia, mas uma vez que o assunto foi aqui focado, falo só nisto e, portanto, no sítio próprio farei essas questões e esclarecer-me-ei, porque quero efetivamente que tudo corra bem ali naquele sítio.”

O senhor presidente da câmara tomou da palavra:

“Muito obrigado, ouvi as questões que foram colocadas, irei sinteticamente responder aquelas que aqui foram desenhadas.

A primeira questão, que o deputado Rui Santos colocou, julgo ser uma questão de interpretação, porque o que está refletido no relatório, “as transferências correntes atingiram aproximadamente 50% da execução da receita ocorrida no período”. Essa taxa de execução orçamental é de 4.92, portanto julgo que fui claro com essa situação.

Deputado Martinho, sobre a questão de acesso a Lourosa e ZIM, o que neste momento está adjudicado é o acesso de Rodonho, limite de Campo de Besteiros com a freguesia de Santiago de Besteiros a Lourosa. A pavimentação do acesso de Lourosa à ZIM, bem como, um conjunto de outras obras nesta ZIM, que inclui uma nova conduta de abastecimento de água, uma conduta que virá desde a rotunda de acesso ao monte de São Marcos, até à Zona Industrial. Que incluirá a requalificação do troço da estrada desde a Labesfal Fresenius e Interecycling, até ao cruzamento com a estrada 628, e o reperfilamento desta rotunda na estrada 628, bem como um novo arruamento paralelo à



futura expansão da BROSE, tudo isto faz parte do mesmo projeto e da mesma obra que está para concurso. Portanto, a ligação Lourosa – ZIM, faz parte dos acessos à ZIM nestas condições, e, portanto, esta a concurso, Não esta na obra de Rodonho a Lourosa, mas sim na da ligação de Lourosa à ZIM.

Questões de apreciação mais global. Questões de IP3 e afins. Eu acho que já ficou claro para todos nós e em particular a minha leitura e o meu pensamento sobre isto. As obras não atrasaram por falta de adjudicação, pois é obvio, eu também vou a frente, neste caso, do Centro Tecnológico, às Zonas Industriais, ou outras obras de pavimentação, não é por falta de adjudicação, é por falta de capacidade operacional das empresas que no momento em que estamos, naturalmente tem as suas repercussões e esta questão é importante.

Sobre o acesso de Internet, banda Larga, fibra e afins. Bom, a primeira vez ainda pensei que fosse meramente uma questão de retórica, mas ao ter voltado a segunda vez com o argumento da *Golden Share*, que de alguma forma, bom, tudo isto são opções políticas, eu dei a minha opinião, eu acho que o país precisa de uma rede estrutural de telecomunicações que não esteja dependente de nenhum operador e que garanta por essa razão que os diferentes operadores estejam em igualdade de circunstancial concorrencial e não é isto que eu vejo acontecer. Ora, isso não afasta a responsabilidade das opções políticas, porque de igual forma que se exerce uma reversão de uma operação da TAP, que vai custar aquilo que nós não sabemos que vai custar, também se podem tomar outras opções de gestão naquilo que são investimentos ou opções macro estratégicas, portanto, é uma questão um pouco disto.

Segunda nota mais transversal, pandemia, ação do governo, confinamento, foi previdente ou foi desleixado? Quer o deputado Rui Santos, quer a deputada Marta abordaram de alguma forma esta questão. Vamos lá todos ter o realismo desta questão. Ponto de partida, houve opiniões que não foram todas convergentes no período pré-Natal? Sim. É verdade isso, não vale a pena dizermos o contrário. Havia opiniões científicas e em particular epidemiologistas que pensavam num sentido, uma corrente dominante, e uma outra corrente menos dominante.

Segunda questão, quem governa tem sempre que antecipar cenários para o bem e para o mal, é o risco de quem governa. Quem governa tem de ter a informação suficiente para decidir em cada momento o que é mais ajustado ou não é e o governo tomou uma opção. Eu acho legítima, não correu foi bem. A opção era ter um confinamento parcial. Nós andamos durante três, quatro semanas a confinar aos fins de semana e a desconfinar



às segundas feiras. Foi isto que nós tivemos, e isto não produziu resultados, dir-se-á, porque as pessoas não tiveram um sentido de responsabilidade cívica, eu diria, por isso é que existe de alguma forma o mecanismo e o instrumento para que haja imposições, porque se no limite todos cumpríssemos com as regras da civilidade, não precisaríamos hoje de estar com nenhum confinamento, cada um por si o iria fazer.

Segunda observação, mesmo no período de confinamento de janeiro, e os dados estão à nossa frente, na primeira semana, a redução de tráfego era inferior a 20 % do período homologado anterior, portanto, isto era um sinal que estava à nossa frente. Tínhamos um conjunto de entidades a pedir que houvesse essa reflexão, que sem o fecho das escolas não se iria atingir nenhum modelo de confinamento. Aliás, esta própria CIM, na terça-feira que antecedeu o dia 15 de janeiro, tomou uma decisão pública e política, também por nossa iniciativa, para que de alguma forma houvesse esta sensibilização. E, vamos todos ser claros, em boa verdade, sem suspensão da atividade presencial nas escolas nós não teríamos conseguido ter um confinamento com a dimensão que tivemos. Agora, não nos vamos iludir, pois estamos ao nível dos piores países do mundo em termos de mortes. Nós assustamo-nos todos os dias quando ligamos as televisões e vemos que nos Estados Unidos passaram a barreira das 500 mil pessoas que faleceram. Os Estados Unidos têm 30 vezes mais a que a população de Portugal, a conta é simples de fazer, se dividirmos esse número por 30 estamos nos 16 mil, portanto, quero com isto dizer que, é um drama nacional o que vivemos. Ao mesmo tempo que estamos todos a remar para o mesmo lado, não me peçam ou não nos peçam que se ignorem os fatos que antecederam o momento onde chegamos. Nós fomos durante alguns tempos o primeiro país com piores indicadores, e há que reconhecer aqui o mérito de uma situação. Todo o sistema de Saúde Nacional, teve uma convergência para ajudar a debelar este problema. Claro que por conta disto, bem sabemos, basta falar com pessoas que trabalham nos hospitais, que muitos enfermeiros e muitos médicos nunca foram intensivistas tiveram que se deslocar para essas frentes de batalha, todos o sabemos. E, por essa mesma razão, é que hoje é importante baixar essa pressão sobre o sistema de saúde, para que as outras áreas assistenciais possam recuperar e a máquina da saúde se possa robustecer se, eventualmente amanhã tivermos uma nova variante que neste momento não conseguimos sequer identificar. Portanto, realismo acima de tudo. Não vale a pena dourar o que aconteceu, vale a pena refletir sobre o que aconteceu, perspetivar o futuro, mas ao mesmo tempo e não deixo de reconhecer, nós estivemos num colapso gritante e foi a circunstância do confinamento, nos termos em que foi feita

que impediu que, em Portugal, tivéssemos situações que seriam dramáticas ou mais dramáticas que aquelas que tivemos. A situação da pandemia foi isto, é isto que estamos a viver, um pouco nesta linha de pensamento.

Questões de saúde. Não é verdade que o coordenador da USF Cândido Figueiredo diga, não abram esta extensão ou aquela, a conversa foi a minha frente e à frente do senhor coordenador do ACES, o que lhe disse foi, não basta dizer que tenho uma pessoa disponível amanhã, é importante que esta pessoa tenha em primeiro formação para poder aceder às plataformas informáticas e, ponto dois, complementarmente também tenha presente serviços de limpeza para que não tenhamos um problema dentro da organização, e, portanto, foi isto que aconteceu. Agora, volto a dizer, a reforma de colaboradores é algo que se planeia. Mas, a mim o que me interessa é resolver os problemas e encontrar soluções para que no nosso concelho não esteja em causa a rede de cuidados primários.

Caramulo, a fotografia que aqui partilhou é da Rua dos Moinhos. Esta rua não estava asfaltada. Tive o cuidado de dizer lá atrás que no âmbito do POSEUR só é possível reabilitar pavimentos onde antes existiam, por isso, e repito, conjuntamente com o senhor presidente da junta durante um sábado inteiro percorremos, a pé, as diferentes ruas, tomamos as decisões que era preciso tomar, e, no tal investimento que eu referi de 600 mil euros que estão preparados para concurso, está prevista a pavimentação desta Rua dos Moinhos e a travessa dessa Rua dos Moinhos que liga á Rua do Fontão, que até hoje não existia ligação rodoviária entre as duas vias e vão ser ligadas, além de outros trabalhos associados. Portanto, não vale a pena, porque esta rua já tinha sido recomposta, esta vala já tinha sido tapada com tout-venant, bastou vir um fim-de-semana novamente com chuva para voltar a rasgar a rua. E voltar a rasgar porquê? Porque é preciso alterar uma passagem hidráulica que está a montante, cujos trabalhos estão a decorrer e só depois se justifica compactar e pavimentar. Portanto, ir tapar esta rua neste momento é colocar mais tout-venant disponível para ser arrastado perante nova tempestade que viesse a ocorrer. Portanto, os trabalhos estão quantificados, estão previstos, esta ligação desta rua dos Moinhos que liga a zona da rampa do Caramulo ao acesso à ETAR, portanto, ainda é uma rua extensa que vai ser pavimentada, tal como o acesso à mina do padre Zé, como um conjunto significativo de outros arruamentos que vão ser intervencionados no Caramulo. Mas também não é verdade aquilo que o Dr. Rui Santos aqui trouxe, porque o acesso e pavimentação da rua entre o designado café Marte e o acesso ao pavilhão desportivo, foi feita essa

pavimentação de forma integral porque nessa rua haviam passado quatro valas, ou seja, a rua já não tinha por onde recuperar pavimento. Ao mesmo tempo que a rua que está entre os blocos de habitação social e a lateral do museu, onde só passou uma vala, nessa rua só foi pavimentada a vala que havia sido aberta. Portanto, a ideia de que, e eu percebo o racional que esta por trás dessa ideia, de que à volta dos museus é que foi tudo pavimentado, é uma ideia que não é correta.

No pavilhão desportivo, no sentido da Escola Básica 2.3. também só houve pavimentação em metade da faixa, porque o pavimento estava bom e foi onde abriram as valas. O princípio foi e será sempre o mesmo, se determinada rua por força do número de valas que tiveram de ser efetuadas não tiver condições de reabilitação, temos de fazer uma nova e total pavimentação. Se uma rua teve uma ou duas valas, mas o pavimento é sólido, não se justifica para já, não quer dizer que num futuro próximo não se possa justificar, se houver um abatimento ou uma situação qualquer que justifique, pois muito bem cá estaremos. Agora, ruas como por exemplo a rua do Clube, a parte do cruzamento de acesso, ao restaurante Montanha, e que prossegue até fazendo praticamente um eixo à volta do Caramulo, essa rua será toda reabilitada com novo pavimento integral, porque o estado dela já não recomendava que fosse simplesmente só tapada a vala. Portanto, para explicar o princípio, o critério, a racionalidade que aqui está é igual ao que se passa nos restantes sítios do concelho.

Tenho o exemplo de Molelinhos onde acabamos o saneamento há algum tempo atrás, e houve ruas onde só se tapou vala, porque o estado de conservação da rua era adequado, houve outras onde foi necessário fazer a repavimentação integral e total, também numa nova empreitada, não estava prevista nos fundos para área do ambiente, porque o estado da rua já não era adequado. E, portanto, é este o princípio de igual tratamento, igual ação, igual princípio a este nível.

Senhor Arménio, sobre a questão de fontanários, em todos os sítios onde há rede pública de abastecimento de água, o município não faz a gestão da rede de fontanários, porque se existe rede pública de água, por força das normas da autoridade de saúde não há abastecimento da rede de fontanários, o que levou o município a colocar na generalidade destes fontanários uma placa a dizer “ água não controlada”, portanto, se depois partem as placas, se as removem, em todas elas foram tiradas fotografias quando a placa foi afixada “água não controlada”. Se por sua vez as juntas entendem querer fazer análises, ou manter esses fontanários em serviço, é algo ao qual o município é alheio. Ao município assiste a responsabilidade de abastecimento público de água. Onde



existe rede publica não existe rede de fontanários, onde não há rede pública, ainda temos algumas povoações assim, nomeadamente na freguesia de São João e Mosteirinho, uma ou outra povoação na freguesia de Barreiro de Besteiros e Tourigo, em particular algumas pequenas povoações, em Souto Bom, no Caselho do Guardão, em Silvares, no Carvalhal da Mulher, aí é da responsabilidade do município garantir zonas de abastecimento, ou seja, um ponto com água tratada para abastecer a eventual rede de fontanários. No caso em concreto o município não faz a gestão da rede de fontanários onde existe rede de água publica.

Às questões que demais colocou, a rua do Loureiro, o tal acesso de caminho que vai dar ao IP3, esse alinhamento não foi feito pelo município, nem a obra foi acompanhada pelo município, nem a fiscalização é do município, portanto é uma obra da responsabilidade da junta de freguesia, se está bem ou mal alinhada não foi o município que interveio nesta matéria, tal como em relação à intervenção no domínio hídrico que esta em causa no Carvalhal, pois é uma questão que compete às entidades próprias, nomeadamente á APA saber se houve estrangulamento ou não da bacia hídrica, é uma matéria que nós não temos na nossa gestão, não foi connosco. Julgo, a não ser que me tenha esquecido de alguma coisa, peço desculpa, ter respondido a todas as questões que foram colocadas.”

O membro Rui Santos solicitou intervenção, ao que lhe foi concedido, mas por dificuldades de som, não teve possibilidade de intervir.

2.2-Analise, discussão e votação do Acordo de Revogação do Contrato de Concessão N.º 15/02/CA/UGPD, relativo ao uso Privativo da Plataforma de via da Linha do Dão, entre os Kms 9.000 e 29.740, do Domínio Público Ferroviário

Foi dada a palavra ao senhor presidente da câmara que explicitou:

“Senhor presidente, diria que os pontos 2.2, 2.3, 2.4. e 2.5 estão correlacionados e eu faria uma justificação neste ponto.

Quando o município de Tondela estabeleceu com a então REFER, hoje IP Património, acordos de concessão para que o canal ferroviário da antiga Linha do Dão entre o Km 18.5, que é metade do túnel da Povia da Catrina até ao Km 38, limite com Santa Comba Dão, era suposto existir o pagamento de uma renda pela tal concessão. O mesmo aconteceu quando fez um outro contrato de concessão para as então estações ferroviárias da Linha do Dão, desde a estação de Tonda à estação de Tondela, ao apeadeiro da Naia, a estação de Sabugosa e de Parada de Gonta. Em todas elas também,

este acordo pressupunha o pagamento de um valor de renda pela concessão. Entretanto, foram à época realizadas as obras da ecopista e feita uma intervenção nestas estações. Por conta dessas intervenções foi então acordado que entre a REFER e o município haveria uma suspensão, uma moratória do pagamento destas rendas. Quer isto dizer que, de alguns anos a esta parte, a agora IP Património tem vindo a solicitar o município que faça esse pagamento, e o município tem dito que, não faz muito sentido que assim ocorra, porque ao mesmo tempo, o município está a fazer a manutenção deste canal ferroviário, hoje ecopista. Como é sabido, através da CIM Viseu Dão Lafões, a CIM é a entidade gestora com delegação de competências, que faz um contrato de manutenção para todo o canal da ecopista, e a IP, infraestruturas de Portugal, reconhece a legitimidade desta nossa petição. Por essa mesma razão, e é por esta razão que vem a esta assembleia municipal, a revogação destes dois acordos anteriores e a celebração de dois novos acordos, onde se reconhece que os trabalhos de manutenção da ecopista ou de manutenção das estações, são pagamentos em espécie do valor que estaria associado à concessão. Portanto, repetindo e de forma clara, enquanto antes o valor da concessão tinha de ser feito com pagamento numerário, agora é reconhecido que o pagamento da concessão pode ser feito através da prestação de serviços, que é o que acontece. Nós pagamos anualmente uma fatia considerável à CIM, que por sua vez paga ao operador que faz a manutenção da ecopista, ou que faz até obras de conservação. A título de exemplo, foi á última reunião, obras com a Associação Ponte Velha de Sabugosa, para obras de beneficiação do edifício da estação de Sabugosa, para trabalhos de beneficiação naquela estação, o que não deixa de ser no limite ser um benefício a favor da IP Património, porque o património continua a ser deles. O que nós temos é uma concessão, e, portanto, é isto que estes pontos conjugadamente vêm fazer, revogação de dois contratos de concessão, e celebração de dois novos contratos em situações análogas onde a única e substancial diferença é reconhecer-se que o pagamento pode ser feito em espécie através dos serviços de manutenção da ecopista ou de conservação e manutenção ou reabilitação das respetivas estações.”

Não havendo intervenções, a revogação do contrato foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Teresa Mafalda Albuquerque, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins,



Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.3-Análise, discussão e votação do Acordo de Revogação do Contrato de Concessão n.º 16/02/CA/UGPD, relativo ao uso privativo das estações de Tonda, Tondela, Naia, Sabugosa e Parada de Gonta, na linha do Dão, do domínio público Ferroviário

Não havendo intervenções, a revogação do contrato foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Teresa Mafalda Albuquerque, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.4-Análise, discussão e votação do Contrato de Subconcessão de uso privativo da plataforma da via, entre o Km 11,388 e Km 30,945, na Linha do Dão, a celebrar entre a IP Património - Administração e Gestão Imobiliária, S.A. e o Município de Tondela

Não havendo intervenções, o contrato de subconcessão foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Teresa Mafalda Albuquerque, Carlos Viegas, Patrícia



Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.5- Análise, discussão e votação do Contrato de Subconcessão de uso privativo do conjunto de edifícios e terrenos envolventes às Estações Ferroviárias de Tonda, Tondela, Naia, Sabugosa e Parada de Gonta, na Linha do Dão, a celebrar entre a IP Património - Administração e Gestão Imobiliária, S.A. e o Município de Tondela

Não havendo intervenções, o contrato de subconcessão foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Teresa Mafalda Albuquerque, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.6- Análise, discussão e votação do critério de rateio da dívida orçamental da Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)

O senhor presidente da câmara interveio:

“Senhor presidente;



Caros membros da assembleia.

A informação que vos foi remetida, julgo ser explícita sobre este propósito, mas que em breves linhas se reporta ao seguinte: como a CIM é uma entidade participada pelos 14 municípios, a eventual contração de um empréstimo da CIM teria repercussão proporcional em todos os municípios, de acordo com a sua participação. Acontece que a CIM por força de ser dona de obra da ecopista do Vouga: Viseu / Vouzela / São Pedro do Sul / Oliveira de Frades, para esses municípios terá de contrair um empréstimo que envolve também em parte o Turismo de Portugal. Ora, não faz sentido que, se a CIM é dona de obra para uma obra de quatro municípios, a dívida que daí resultasse na contração de um empréstimo fosse dividida proporcionalmente pelos 14 municípios e não só por esses 4. O que diz é a Lei é que o método de distribuição da dívida é proporcional, a não ser que se delibere em sentido contrário e é precisamente esta deliberação em sentido contrário, que se traz a esta assembleia municipal. Ou seja, que a assembleia concorde com aquilo que foi iniciado no Conselho Intermunicipal e que já foi a Assembleia Intermunicipal, em que o rateio desta dívida seja a distribuir pelo quatro município e não pelos catorze, pois não tem sentido que viesse onerar os outros dez municípios que não são parte desta obra.”

O membro Rui Santos solicitou intervir, o que não foi possível por não ser audível.

Não havendo mais intervenções, foi colocado à votação tendo sido aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Teresa Mafalda Albuquerque, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.



2.7- Análise, discussão e votação dos Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar com Juntas / Uniões de Freguesias

Não tendo havido intervenções, os contrato interadministrativos foram colocados à votação, tendo sido aprovados por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Teresa Mafalda Albuquerque, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.8- Análise, discussão e votação de aditamento ao Contrato Interadministrativo celebrado entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Guardão

Não tendo havido intervenções, o aditamento ao contrato interadministrativos foi colocado à votação, tendo sido aprovados por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Teresa Mafalda Albuquerque, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.9- Análise, discussão e votação da anulação da deliberação de 11 de dezembro de 2020 de abertura de procedimento de recrutamento, seleção e provimento de dois chefes de divisão e análise, discussão e votação de abertura de procedimento de recrutamento, seleção e provimento de dois lugares de direção intermédia de 2º grau e de dois lugares de direção intermédia de 3º grau

O senhor presidente da câmara explicitou:

“Relativamente aos dois lugares de direção intermédia de 3º grau , eles já tinham vindo à assembleia municipal, a determinação da sua criação e das condições de recrutamento, portanto isto já tínhamos trazido, o que levou o presidente da câmara, por despacho, em regime de substituição tenha feito essas designações e agora há que dar corpo a abertura do procedimento, porque de acordo com os termos legais, até seis meses após essa designação têm de se abrir os procedimentos legais.

Sobre a divisão jurídica, também por despacho, está neste momento em regime de substituição preenchido, e tem de se iniciar o procedimento. E para a divisão jurídica e de cultura, turismo e eventos há aqui a proposta de constituição de júri, também por analogia ao que esta a acontecer com os demais cargos de chefia, com incorporação de recurso a pessoas externas ao próprio município, ate para robustecer a qualificação destas equipas que vão naturalmente apreciar as candidaturas que venham a ser desenvolvidas. Portanto objetivamente é este o objetivo. “

Não tendo havido mais intervenções, o ponto foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria com as abstenções dos membros: Rui Santos, Marta Marques, Jorge Batista, Carlos Viegas, Martinho Loureiro, Mário Simões e Francisco Coutinho.

Votaram favoravelmente os membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Vera Machado, José Manuel Mendes, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Jorge Henriques, Teresa Mafalda Albuquerque, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.10 - Análise, discussão e votação do mapa de fluxos de caixa

O senhor presidente da câmara interveio:

“Senhor presidente, restantes membros.

Nos termos legais o artigo 130 da Lei do Orçamento de Estado de 2021, enquadra precisamente a possibilidade de os municípios fazerem a integração do saldo de conta de gerência, através do mapa de fluxos de caixa. Portanto, nos termos da Lei e deste Orçamento de Estado, o que acontece para este município como para todos os municípios, portanto os 308 têm as mesmas condições e o que é proposto é que seja construído e demonstrado os fluxos de caixa no período em causa, naturalmente também a dotação do desempenho, a 31 de dezembro, por outro lado e de igual forma a demonstração da execução orçamental da receita, da despesa e por fim a execução do plano anual de investimentos, do PPI.

Estes documentos foram oportunamente construídos e remetidos, pese embora, alguma dificuldade que resulta das novas plataformas do SNC-AP, plataformas informáticas que estão a ser ajustadas pelas empresas que prestam assessoria nesta área, no caso a AIRC. Mas isto para dizer que, objetivamente e este é o tema, este mapa e esta possibilidade da introdução do saldo de execução orçamental permite concluir que, o saldo de execução do ano findo são 7.739.362.88€, a que se adicionam em operações de tesouraria 1.251.429.13€. Sendo verdade, como todos sabemos que as operações de tesouraria não são uma disponibilidade do município, são recursos que estão à guarda do município, na generalidade reportam-se à garantias de obras, que nos termos legais são depois restituídas à medida que os prazos das respetivas obras permitem que as empresas o restituam. Em síntese, o saldo que é transitado para o orçamento do corrente ano são sete milhões setecentos e trinta e nove, e isso depois justifica que venha o ponto a seguir, que é uma revisão orçamental precisamente para incorporar este saldo à conta destes fluxos de caixa.

Tecnicamente são estes os passos, politicamente a discussão é sobre o tema que estamos a discutir no quadro do que permite o Orçamento de Estado, em particular o



art.º 130 e é nestes termos que o município propõe a integração deste saldo de gerência por este mecanismo, através desta medida plasmada no OE.”

Colocado à votação o fluxo de caixa foi aprovado por maioria, com as abstenções dos membros: Rui Santos, Marta Marques, Jorge Batista, Carlos Viegas, Martinho Loureiro, Mário Simões e Francisco Coutinho.

Votaram favoravelmente os membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Vera Machado, José Manuel Mendes, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Jorge Henriques, Teresa Mafalda Albuquerque, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

O membro Rui Santos efetuou uma declaração de voto, que se transcreve:

“Declaração de voto

Votação Demonstração dos Resultados e fluxos de caixa da CMT 2020

O Grupo dos eleitos do PS para a Assembleia Municipal de Tondela absteve-se na votação destes documentos/informação acima referidos na medida em que:

“1.Estes documentos de natureza técnica e contabilística servem apenas para pôr em execução a possibilidade de mobilização antecipada do saldo de gerência relativo ao ano económico de 2020, conforme possibilidade aberta pelo artº 130º da Lei nº75/2021, Lei do Orçamento de Estado, uma decisão que visa aumentar a disponibilidade de recursos dos municípios nesta fase de crise sanitária, económica e social, sem ter de esperar pela aprovação da Conta de Gerência referente a 2020, que este ano excecionalmente poderá ser feita até ao final de Maio em virtude da obrigatória entrada em vigor do novo sistema de Contabilidade.

2.Por esse motivo não nos alongamos em apreciação política do significado dos números dos documentos, que faremos na discussão e votação da Conta de Gerência

quando ela for apresentada. Apenas salientamos que os números confirmam tudo o que temos vindo a dizer sobre a evidente incapacidade de execução por parte da maioria que Governa a Câmara dos Programas e Planos que apresenta. Falha que é perfeitamente compreensível quando a execução das despesas de capital que traduzem a capacidade de execução de investimentos estruturantes ou fundamentais para o desenvolvimento do Concelho e para satisfação das necessidades das populações.

3.Por isso mesmo a receita global cobrada foi da ordem dos 30 000 000€, cerca de 13 000 000 abaixo do orçamentado, não por falta de cobrança de receitas correntes, mas sim porque as “Grandes Obras de Mandato” que são financiadas por fundos comunitários nunca poderão receber o financiamento se não tiverem execução, como tem acontecido até agora, o que evidentemente impede a entrada das receitas dos fundos comunitários.

4.Quando se essa execução do orçamentado corrigido, que já por si foi cerca de 2 000 000 € abaixo do previsto, é inferior a 34% nas despesas de capital mesmo com a inclusão das transferências de capital para outras entidades que são as efectivas executoras de obras, fica clara essa incompreensível incompetência de execução.

5.Mas não será por nós que a Câmara deixará de poder contar com o Saldo da Gerência anterior e por isso a nossa abstenção.”

2.11- Análise, discussão e votação 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e vinte um

Não houve intervenções.

Colocada à votação a 1ª revisão foi aprovada por maioria com as abstenções dos membros: Rui Santos, Marta Marques, Jorge Batista, Carlos Viegas, Martinho Loureiro, Mário Simões e Francisco Coutinho.

Votaram favoravelmente os membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Vera Machado, José Manuel Mendes, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Jorge Henriques, Teresa Mafalda Albuquerque, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro e Paulo Roberto Carvalho.



Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

O membro Jorge Henriques interveio:

“Senhor presidente, peço desculpa. Eu tinha pedido para intervir ainda antes de colocar à votação os pontos, mas tudo bem, penso que a intervenção continuará a fazer algum sentido.

Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara novamente a quem saúdo, senhores vereadores, também aos membros da mesa, aos senhores presidentes de junta e uniões de freguesia, e naturalmente aos membros desta assembleia.

A revisão do orçamento, digamos que são opções de plano que hoje vêm a esta assembleia, está intimamente ligada com o ponto anterior relativamente à aprovação dos mapas de fluxo de caixa e demonstração de resultados, como muito bem o explanou o senhor presidente da câmara.

Foi feito, e por força do disposto do art 130 da Lei 75/B de 31 de dezembro, Lei do Orçamento para o ano de 2021, é possível que após aprovação do mapa de fluxos de caixa pode ser incorporado por recurso a uma revisão orçamental antes da aprovação dos documentos de aprovação de contas o saldo da gerência da execução orçamental, como muito bem, já o havia explanado o senhor presidente da câmara.

Ora, face ao período que atravessamos por força da pandemia por COVID 19, e que muito já foi aqui debatido nesta assembleia, e que assola o país e o mundo e indiscutivelmente vem marcando também a ação e o desempenho, não só dos governos locais como também dos governos nacionais, como já aqui foi sistematicamente vincado por diversas intervenções, será crucial para garantir uma maior operacionalidade assim que as condições o permitam, ter desde já disponíveis verbas que, de outro modo só após aprovação das contas, em princípio, tudo ocorrer bem lá para a assembleia de abril estariam disponíveis e suscetíveis então de serem afetados e consequentemente executados. Bem andou, portanto, o executivo camarário que atempadamente e dentro do legalmente permitido se dota de um valor que permite planejar atempadamente um conjunto de intervenções que se encontram plasmadas no documento aqui sujeito a votação, particularmente no documento referente à revisão orçamental. Falamos do valor incorporado, o senhor presidente já o referiu, conforme resulta dos documentos apresentados, cerca de oito milhões e novecentos e noventa mil euros, sendo que desse



montante, cerca de um milhão e duzentos mil euros, conforme também já foi aqui referido pelo senhor presidente da câmara, diz respeito a operações de tesouraria, maioritariamente garantias de obra, isto é, valores que estão temporariamente à guarda do município e não podem ser utilizados pelo mesmo.

Nesta revisão, destaco ainda os reforços financeiros para algumas áreas, e que consta efetivamente deste documento que aqui analisamos, nomeadamente o ponto 2.10, de requalificação de vias, aquisição de edifícios, lançamento de novos projetos, designadamente e aqui coloco em foco a Escola Básica 2. 3 de Campo de Besteiros e também na USF Cândido de Figueiredo.

A presente revisão, senhor presidente da mesa, é, pois, uma expressão da vontade legítima do executivo camarário em continuar a construção de um território desenvolvido, coeso e solidário, e naturalmente o PSD como já o fez, porque a votação já ocorreu, vota favoravelmente a presente revisão, como vota também favoravelmente a incorporação do saldo de, o ponto relativo aos fluxos de caixa. Era só senhor presidente, muito obrigado.”

O membro Rui Santos efetuou uma declaração de voto que se transcreve:

“Declaração de voto

Votação da Revisão Orçamental e das Grandes Opções do Plano para 2021

O Grupo dos eleitos do PS para a Assembleia Municipal de Tondela absteve-se na votação destes documentos/informação acima referidos na medida em que:

1.Estes documentos que nos são apresentados são essencialmente uma formalização da distribuição de reforços de dotações em vários projectos constantes das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021 pela distribuição de verbas resultantes da mobilização antecipada do saldo de gerência de 2020 aprovadas nesta Assembleia em 11/12/2020. Sobre esses documentos pronunciamo-nos nessa Assembleia em que para além das intervenções apresentámos uma declaração de voto que continua perfeitamente adequada à situação de execução do Orçamento e Plano como pudemos comprovar através da situação descrita no relatório sobre a Situação Financeira do Município.

2.Mantemos todas as discordâncias em relação ao documento inicial pelos motivos que então apontámos e que constam da ata da Assembleia de 11/12/2020, mas esse documento está aprovado. Assim sendo, como agora não há qualquer alteração de fundo ao mesmo e esperando que ao menos as dotações agora atribuídas a partir da mobilização do saldo da e gerência possam a ter a devida execução, sobre o que temos

enormes dúvidas em função do que decorre da tendência de execução desde o início do ano, entendemos abstermo-nos nesta votação.

3. Não queremos deixar de notar aqui, como já referimos na discussão, que estranhamos que estejam previstos montantes para elaboração de projetos que são bastante acima dos montantes de referência para honorários dos projetistas em relação aos valores inscritos para os custos com as obras. Esperamos que para a elaboração dos mesmos tenham sido, ou sejam feitas, as devidas consultas ao mercado.”

2.12- Análise, discussão e votação de ratificação de despacho

Ponto retirado da ordem de trabalhos.

2.13 - Outros assuntos de interesse para o concelho

O senhor presidente da mesa apresentou dois votos de pesar, entregues pelo grupo do PSD, pelos falecimentos do senhor Ernesto Borrego e do senhor Mário Rosa Mota, que se transcrevem:

“Voto de Pesar

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata de Tondela vem propor a esta Assembleia Municipal um voto de pesar pelo falecimento de Ernesto Dinis da Silva Borrego, antigo presidente da Junta de Freguesia de Mouraz, que desempenhou funções de vereador da Câmara Municipal de Tondela e foi membro da Assembleia Municipal durante vários mandatos.

Ernesto Borrego tinha 94 anos, era natural de Mouraz e foi um dos mais conceituados árbitros da 1ª divisão nacional de futebol.

Contabilista de profissão, foi funcionário da CP e, já reformado, responsável pela contabilidade de diversas Juntas de Freguesia.”

“Voto de Pesar

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata de Tondela vem propor a esta Assembleia Municipal um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mário Rosa Mota.

Mário Rosa Mota, residente e empresário na Vila do Caramulo, foi membro da Assembleia Municipal e afincado defensor da democracia no nosso território.

Lutou ao longo da sua vida pela afirmação do regime democrático no nosso concelho, na sua vertente humanista, social e progressista, contribuindo de forma ativa para os projetos de desenvolvimento que tornaram o concelho vanguardista como o conhecemos hoje.



O Sr. Mário Rosa Mota dedicou a sua vida pessoal e pública a causas nobres, intervindo na comunidade, contribuindo desta forma singela e altruísta para a dignificação do nosso concelho.”

Seguidamente, interveio o Membro Rui Santos:

“Em relação aos dois votos de pesar, obviamente que nós nos associamos e permitam-me que faça aqui uma referência especial.

Eu conheci o senhor Ernesto Borrego, sendo ele mais velho que eu, mas conheci-o desde os meus tempos de criança. Ele era colega do meu pai, trabalhava com ele, e, portanto, sempre mantivemos ao longo de vários anos, uma relação forte. Ele foi militante do PS, foi candidato do PS, foi membro da assembleia pelo PS e secretário. Portanto, não queria deixar aqui de referir que é um enorme pesar que sinto por ele ter falecido e que tenho imensa pena de não ter sabido, porque isto de estar confinado ou semi-confinado e isolado, não é fácil. Evidentemente que nos associaremos a esses dois votos de pesar.

Em relação aos pontos anteriores, enviarei as declarações de voto.

Há pouco só queria fazer uma referência, ao senhor presidente da câmara, em relação à questão do Caramulo, só para dar um esclarecimento. Quando referi a rua atrás do Museu, referi-a expressamente, não por nenhuma razão em especial, só disse que as pessoas quando viram essa rua pavimentada se calhar tiraram conclusões precipitadas, em função de antecedentes históricos no Caramulo. Que as ruas envolventes ao museu, seja ele privado, da fundação, como é, sejam pavimentadas e sejam tratadas devidamente se pensamos interesse do ponto de vista de atração turístico no Caramulo. Mas é relevante a informação atempada para minimizar dúvidas e interrogações sobre as razões para a forma como se atua lá.

Fico com uma questão, a questão de saber a situação exata do arruamento que dava acesso a entrada do grande sanatório, alias, onde hoje esta instalado o núcleo do Sporting. O arruamento é publico, mas face ao PERU não consegui perceber, se estão pensadas há alguma cedência desse arruamento ou não.”

O senhor presidente da câmara respondeu:

“E foi mesmo por lapso que há pouco não o referi, o arruamento é publico. Em futuras operações urbanísticas, como em todas as operações desta natureza será avaliada qual a área que é integrada ou não integrada e qual é o ajustamento. Ou seja, neste momento, não existe outra relação que não seja a intensão do município em adquirir o antigo espaço de cinema, que confina com esse arruamento. E, portanto, em função do



projeto que venha a ser desenvolvido, que hoje ainda não está desenvolvido, o primeiro passo é adquirir o edifício, naturalmente que serão acautelados os interesses públicos, os interesses associados ao projeto de desenvolvimento que possa vir a ocorrer. Há data de hoje nada está definido, nem existe nenhuma conversação ou compromisso sobre essa responsabilidade.”

O membro Vera Machado interveio:

“Bom dia a todos, novamente.

Sobre a questão da moção que vai agora a votação, apresentada pelo José Hélder, queria só acrescentar dois ou três pontos.

Primeiro dizer que essa questão da reversão ou não deverá sempre ser uma decisão das populações e que os critérios, eu sei que são só cinco daqueles que são apresentados no projeto de Lei, sendo que um deles é a Extensão de Saúde, e eu penso que grande parte das nossas freguesias, claro que não tem de ser todos, não tem essas condições. E eu presumo que o Partido Socialista não acredita também nesta reforma, porque presumo que anda só a convidar um cabeça de lista para essas agregações e uniões de freguesia, é sinal que não acredita que em setembro o problema esteja resolvido e a questão da agregação revertida. Sobre isto era só o que eu queria dizer.

Entretanto tenho uma outra proposta para apresentar aqui neste ponto da ordem de trabalhos.”

“Reitero os cumprimentos.

Neste ponto relativo a outros interesses para o concelho, o Partido Social Democrata de Tondela vem cumprir com a sua palavra trazendo a este fórum uma proposta de transmissão em direto das Assembleias Municipais.

Esta proposta tem como objetivo aproximar os nossos concidadãos destes fóruns, aprofundando os mecanismos digitais à nossa disposição e afirmando a transparência como um valor basilar na atividade autárquica.

E caros deputados, o caminho não é deturpar contextos e isolar expressões para que elas “joguem” a nosso favor. Temos que ser verdadeiros e sensatos, porque o oportunismo traz o prazer imediato, mas não ganha guerras.

Mistura-se tudo, instituições, pessoas, frases, momentos, rebaixam uns e enaltecem outros, acham que essa jogada de tabuleiro traz o cheque mate. A gestão autárquica faz-se do equilíbrio, da diversidade e do respeito.



Não há freguesia mais importante que outra, como também não há associações mais importantes que outras, tal como todas as ruas são importantes, sejam elas no centro da cidade ou no mais recôndito lugar do território.

Essa distinção e tentativa de manipulação chama-se pequenez.

E sim, esta Assembleia Municipal tem que dar o exemplo de proximidade, mas não só este órgão autárquico, mas todos os outros, a mobilização para a participação política faz-se com bilateralidade, com exemplo e imparcialidade.

Para terminar e ler o texto que o PSD propõe aqui hoje à votação resta-me transmitir que a bancada parlamentar social democrata não se vai intitular de dona, de pioneira, muito menos irá alinhar em meias palavras fora de contexto para tirar as vantagens que outros gostam de anunciar.

Tomámos a iniciativa porque é bom para a nossa comunidade, entendemos que é salutar a transmissão em direto das Assembleias Municipais, e desafiamos todos aqueles que se dizem democratas e nos acusam de autoritarismo e opacidade, que façam o mesmo na casa que governam, que publiquem as suas atas, que transmitam as suas ações, que revelem os contornos das suas iniciativas e que não se fiquem por meias palavras e anúncios parciais e manipulados.

Proposta

O Partido Social Democrata de Tondela propõe a esta Assembleia Municipal que as sessões deste órgão autárquico passem a ser transmitidas em direto no sítio da internet e outros canais digitais do Município de Tondela.

Com vista à definição do modelo e respetivas regras de funcionamento, esta proposta deverá ser de imediato remetida à Comissão Regimental para que a aprecie e formule sobre a forma e os requisitos para que tal transmissão se materialize.”

O membro Martinho Loureiro interveio:

“Bom dia, de novo.

Queria só referir aqui dois aspetos. O primeiro tem a ver com a proposta apresentada pelo colega deputado José Hélder, em que eu não estou de forma alguma favorável a essa proposta. Não subscrevo de forma alguma, na medida em que é uma iniciativa que está acessível a qualquer junta de freguesia que o queira fazer, aos cidadãos, aos fregueses que queiram reverter a situação do aglomerado, do ajuntamento de freguesias, portanto, podem reverter essa situação desde que cumpram aqueles critérios, portanto isso esta em discussão na Assembleia da Republica. Naturalmente que a Assembleia da República sobre essa matéria. o próprio primeiro ministro, como



sabemos, é favorável a algumas situações de aglomeração de freguesias, eu próprio também sou favorável a isso, em algumas circunstâncias e isso está demonstrado que é favorável a alguma população. há outros casos, que por uma questão de identidade das populações, mas isso deve ser do critério das pessoas que lá habitam e portanto isso está acessível, as freguesias poderão de facto vir a desagregar-se, naquelas que cumpram os critérios, penso que são razoáveis, porque foram discutidos e mais que discutidos e aprovados na Assembleia da República ou discutidos e a ser aprovados na AR. Daí a minha não concordância, e não subscrevo de forma alguma a proposta.

Relativamente às duas questões que foram apresentadas pelas pessoas que faleceram, tal como o Dr. Rui Santos disse, estamos aqui também a subscrever essas propostas.

Relativamente a esta última que foi apresentada agora pela colega, deputada Vera, congratulo e bato palmas inclusivamente, sou um caloroso apoiante dessa proposta e estaremos cá sempre para, publicamente dar a cara pelo nosso concelho e que as pessoas que tenham a possibilidade nos escutar, de nos ouvir te depois escortinem a nossa atitude e atividade enquanto autarcas da assembleia municipal. Obrigado. “~

O membro Rui Santos interveio:

“Senhor presidente,

Há pouco não me referi expressamente à moção apresentada pelo senhor deputado José Hélder, mas devo dizer que, acho que ela começa por ser excessiva.

E, queria lembrar, que ainda agora a senhora deputada Vera referiu, que o critério das extensões de saúde não é um dos requisitos obrigatórios, independentemente da minha concordância ou não. Do conjunto dos novos critérios que estão na proposta de Lei, está em discussão na comissão da Assembleia da República, há cinco critérios que têm de ser cumpridos, cada um deles integrando vários requisitos. Requisitos obrigatórios no critério da prestação de serviços são a existência de sede e a existência de uma pessoa do quadro para se poder criar uma nova freguesia. Como já disse o senhor presidente da câmara, não é uma Lei Designada de Reorganização de Freguesias, é de criação de novas freguesias.

As populações têm uma palavra importantíssima a dizer nisto. Mas este processo é um processo complexo, já foi complexo na fusão das freguesias e às vezes funciona a parte pior nas relações entre as pessoas de um lado e do outro em consequência de espécie uma espécie de bairrismo exacerbado, ou indo mesmo além disso, podendo criar

conflitos escusados. Portanto, em relação a essa moção eu não a votarei favoravelmente nos termos em que está. Não assumimos nenhuma posição de grupo, mas eu não a votarei favoravelmente.

É evidente que, a Lei, a vir já devia estar aprovada. Não estou de acordo com a posição que inicialmente o PS tomou nas eleições quando falou disso da forma que o falou, acho que há casos que se justifica que as freguesias sejam reconstituídas, como há outros casos em que não. E, se calhar, de facto os piores problemas foram criados em algumas reorganizações de freguesias urbanas, em alguns sítios, até mais que nas rurais. Mas claro que há hoje uma vantagem na proximidade das juntas de freguesia em relação às pessoas, se calhar, agora, até mais evidente com alguns dos últimos casos que aconteceram, quer no caso dos incêndios, que no caso da pandemia. De facto, se não existem as freguesias no aspeto tradicional, é preciso que as que foram criadas se organizem e reorganizem os seus serviços, de forma a dar melhor resposta do que às vezes se consegue por dispersão de meios. Em relação a essa votação é a minha posição.

Em relação às outras já foram expressas as posições, obviamente que subscrevemos os votos de pesar, como já disse. Em relação à proposta apresentada pelo PSD que já tinha sido anunciada de transmissão das assembleias, estamos plenamente de acordo. De facto, em 2013 isso foi proposto. Foi proposto pelo PS e não foi aceite. Quando se discutiu o regimento desta vez, não se colocou esse problema em equação em termos imediatos, mas vem agora, vamos a isso. Por nós tudo bem.”

O membro José Hélder tomou da palavra:

“Muito obrigado senhor presidente,

Mais uma vez boa tarde.

Queria só dizer ao Dr. Rui Santos que, o Partido Socialista enquanto na oposição e através do Secretário Geral de então, Dr. António Costa, e Dr. Carlos Zorrinho, creio que era o presidente do grupo parlamentar, por várias vezes e repetidamente, disseram que quando fossem governo procederiam à reversão da Lei que criou a Lei de agregação de freguesias. Ora, o que apresentou agora não é nada disso, o que apresentou foi uma Lei, e é isso que esta agora em discussão na AR, uma proposta de Lei, aliás, para criação de novas freguesias. Portanto, não tem nada a ver com a desagregação de freguesias, e ainda por cima com os critérios que apresentaram é para as mega freguesias e pouco mais. Era só isto que tinha a dizer. “

O membro Rui Santos voltou ao debate:

“Senhores membros da assembleia.

Só uma breve nota para o senhor deputado José Hélder.

Eu provavelmente não me fiz entender, porque se me tivesse entendido teria percebido que eu nem estou de acordo com a posição que o PS tomou. Bom, mas eu não estou aqui para defender o PS, estou a dar a minha opinião neste caso específico.

Agora, o que a Lei diz, não é exatamente o que diz. Primeiro lugar, é evidente que é uma Lei que quer regular a criação de novas freguesias, mas prevê especificamente que possa ser a partir das freguesias e uniões de freguesia existentes. E os critérios, como é o caso da sua freguesia e de Tourigo, por acaso até são possíveis de cumprir, pelo menos por uma análise rápida que eu fiz. A única coisa que não vi em pormenor foi a distribuição de verbas para as freguesias, porque haverá sempre um critério subjetivo na avaliação, se põe em causa ou não a exequibilidade das funções das freguesias.

Em relação a fixar sete requisitos em nove, com dois obrigatórios, ao que me parece e ao que me dizem, no caso da União de Freguesias a que preside, criada com a associação de Tourigo ao Barreiro, até existem as condições previstas nessa proposta de Lei. Neste caso o Governo não pode fazer mais que apresentar propostas de lei à Assembleia da República. Por mim, que fique claro, não tenho dúvidas em dizer que pelas razões que aponte no período antes da ordem do dia e há pouco, quando há cerca de trinta anos se desenvolveu o movimento da criação da freguesia do Tourigo, eu votei contra na Assembleia Municipal. E, na altura suponho que o senhor deputado José Hélder não sei se também. Bom, mas por mim até estou pouco de acordo com algumas coisas que foram ditas em 2015 pelo PS e com a forma como as coisas estão a ser previstas, nomeadamente no momento em que este assunto está a ser debatido, porque se era para avançar, de facto, aí têm toda a razão. A proposta devia ter avançado antes.”

O membro Vera Machado solicitou que fossem enviadas as declarações de voto, dos pontos 10 e 11, do Partido Socialista.

Seguidamente, o senhor presidente da mesa colocou à votação a Moção apresentada pelo membro José Hélder, que foi aprovada por maioria, com os votos contra dos membros: Carlos Viegas, Jorge Batista, Martinho Loureiro e Marta Marques; abstiveram-se os membros: Rui Santos, Mário Simões e Francisco Coutinho; votaram a favor os membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Vera Machado, José Manuel Mendes, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Jorge Henriques, Teresa Mafalda Albuquerque, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo



Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro e Paulo Roberto Carvalho.

De seguida, o senhor presidente da mesa referiu que os votos de pesar passavam a ser conjuntos, dos vários grupos parlamentares.

Colocado à votação o voto de pesar, pelo falecimento do senhor Ernesto Borrego, o mesmo foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Teresa Mafalda Albuquerque, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Colocado à votação o voto de pesar pelo falecimento do senhor Mário Mota, o mesmo foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Teresa Mafalda Albuquerque, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Colocada à votação a proposta de transmissão das sessões da assembleia municipal, apresentada pelo membro Vera Machado, a mesma foi aprovada por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Teresa Mafalda Albuquerque, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Martinho Loureiro, Belmiro Gomes, Maria Zélia

Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

3-Período aberto ao Público, de acordo com regras definidas pelas DGS.

Não houve intervenções.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, pelo senhor presidente foi declarada encerrada a reunião, pela uma hora e quinze minutos, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, número 2 da Lei 75/2013 de 12 de setembro e devidamente assinada por:

O Presidente:

Carlos Cecebe

O 1º Secretário:

Luís Fernando Pereira

O 2º Secretário:

Fernando Dias

Relatório de atividades – Assembleia de 26 de fevereiro 2021

1.

A questão inerente à situação pandémica - **COVID-19**, não deixa de concentrar a generalidade dos esforços de múltiplas equipas do município, visando apoiar, implementar e desenvolver ações que se revestem como imprescindíveis para se gerir um dos períodos mais críticos, e inédito, da nossa história recente.

Esta tem sido a **maior das prioridades**.

Por isso tem havido uma dedicação de energias, em particular das equipas de proteção civil, em profunda articulação com os serviços e sectores da ação social e saúde do município.

Em paralelo, muitos outros recursos têm sido dirigidos para estas frentes de trabalho, visando **apoiar o debelar e contrariar a situação** por demais conhecida.

Volvidos dois meses sobre a anterior Assembleia Municipal, não deixa de aqui se espelhar que, quando **as prioridades passaram a ser de ordem sanitária**, de saúde pública, muitas outras, que se desenhavam na esperança que o arranque deste ano já estivesse muito longe do período mais crítico, vieram a ter de ser adiadas.

Na verdade, a terceira vaga, apresentou indicadores de contágio e, infelizmente de mortes, nunca antes equacionadas pelos serviços da DGS, muito por fruto de condicionantes sociais e políticas, com implicações diretas, que foram transversais a todo o país.

O **continuo apoio às IPSS/Misericórdias**, seja na disponibilização de EPI, sempre que necessário, seja no desencadear de operações de desinfeção de espaços ou edifícios, ou em reuniões de articulação e de gestão de crise, de tudo foi feito, sempre num clima de solidariedade, de cooperação, de trabalho de equipa multisectorial, mas também na observação da articulação supletiva.

Os serviços de Ação Social, em articulação com a equipa do CLDS (contrato local de desenvolvimento social – promovido pelo município e que tem como entidade gestora

a SCM Tondela), também tem disponibilizado recursos, seja para **apoio na entrega de medicamentos**, seja para apoio a **quaisquer situações de carência alimentar**.

Foram avaliados os **2ºs pedidos de apoio de rendas/créditos**, para **comércio ou serviços** de todos o concelho, tendo no total chegado 116 pedidos, com apoio financeiro de 34.191.97€.

É um dos mais fortes instrumentos de apoio que visa fomentar a resiliência de quem se viu obrigado a ter o seu espaço de comércio ou serviços encerrados.

Tal como antes havia sido prestado idêntico apoio, agora, nesta segunda fase, apoiaram-se as rendas ou empréstimos de aquisição do espaço, nos meses de novembro e dezembro.

Testes COVID – durante este período ocorreu o apoio na realização e testes COVID a estruturas como Instituições Sociais e ERPI, quando não prescritos pela Segurança social e quando tal se revela determinante, Bombeiros e equipas do Município.

Foram, ainda, realizados testes rápidos a todos os elementos das mesas de votos e das juntas de freguesia, aquando das eleições.

No domínio da testagem e prevenção, e tendo presente um importante projeto piloto pioneiro a desenvolver por entidades do nosso concelho, vão ser realizadas análises de deteção de SARS-CoV2 em águas residuais, nas maiores escolas dos agrupamentos: Caramulo; Campo de Besteiros; Molelos; Tondela (Básica e Secundária) e Lajeosa do Dão, logo após o regresso dos alunos às aulas. Com a deteção de vírus por esta via, pode-se de imediato acionar um plano de testagem rápida para perceber a origem do mesmo e assim, de forma antecipada, minimizar fontes de contágio.

Em face do retorno do ensino à distancia, em meios telemáticos, forem redistribuídos computadores, tabletes e pontos de acesso a internet aos alunos com escalão A e B dos agrupamentos, bem como apoiadas as deslocações de alunos para as escolas de acolhimento, nas situações em que se justificava e estão a ser fornecidas refeições aos alunos com escalão que solicitaram, com apoio do Município. Tal como na primeira fase de confinamento das escolas, o Município, de forma antecipada, acautelou os recursos para que os alunos com escalões de ação social pudessem ter iguais oportunidades, pese embora fosse desejável que, nesta fase, já o Ministério da Educação tivesse cumprido a entrega dos computadores com que se havia comprometido em abril do ano passado, no domínio da escola digital.

Importa ainda referir que as Assistentes Operacionais da educação, após a suspensão das atividades letivas, passaram a apoiar em funções várias (extensões de saúde, IPSS, juntas de freguesia, etc), num claro reforço de meios disponibilizados pelo Município.

Reconhecimento ao enorme esforço, abnegação, e sentido de missão de tantos dirigentes de IPSS e Misericórdias, colaboradores, e de diferentes profissionais que, diariamente, garantem os cuidados a várias centenas de idosos do nosso concelho, seja em estruturas de lares residenciais, seja no apoio domiciliário.

São merecedores do nosso reconhecimento institucional e pessoal.

Em paralelo, não deixamos de vincar a **preocupação com a sustentabilidade financeira destas instituições**, debilitadas em função do incremento de serviços que tem vindo a prestar, aumentando os utentes que recorrem a estas respostas, sem que com isso tenha havido, nos últimos anos, a **necessária atualização, por parte da segurança social, dos acordos para estas valências**.

Refira-se que ocorreu o início do **processo de vacinação** dia 18 de fevereiro, em estrutura adaptada no Pavilhão municipal de Tondela, com apoio logístico e de recursos humanos do Município.

Esta estrutura, por todos reconhecida como funcional e com estrutura qualificada, permite várias boxes de vacinação, área de acolhimento e de observação pós vacina, sendo uma parceria de relevante interesse com as estruturas de saúde das USF e USCP do nosso concelho. Vários são os colaboradores do município que lhe ficam adstritos para funções auxiliares de higienização ou de apoio logístico.

De igual forma, será relevante o papel das juntas e uniões de freguesia, bem como de outras instituições, num processo que será moroso e ocupará muitos meses futuros.

2.

O acesso aos cuidados de saúde primários, de proximidade, é um direito, inerente ao Estado Social, suportado no Serviço Nacional de Saúde.

O objetivo de cada cidadão é o seu agregado familiar ter um *médico de família* (Medicina Geral e Familiar). É um objetivo programático, nuclear num Estado Social, que deve ser cumprido de forma imperiosa.

É neste quadro que, numa clara defesa dos seus concidadãos, entendemos não ser possível continuarmos a assistir à cíclica fase de encerramento de extensões de saúde, com especial incidência nos últimos tempos.

Já não bastavam as preocupações que a pandemia trouxe à vida de todos nós, sobejamente conhecidas, e que inevitavelmente diminuiu o acesso a muitos outros cuidados de saúde (que nada têm a ver com a COVID), para existir esta severa preocupação no âmbito do acesso aos cuidados de saúde.

Por esta razão, e face ao encerramento que se verificou nas últimas semanas das Extensões de Saúde do Caramulo e de Lajeosa do Dão, a que se junta a ocorrida há ,mais tempo em São João do Monte, entendemos juntar a nossa vós, levando a um compromisso de reabertura de tais extensões.

Jamais deixaremos de impor a defesa dos interesses dos nossos concidadãos em primeiro plano.

Já assim o havíamos feito quando, **na primeira vaga da pandemia, queriam encerrar as urgências do nosso hospital... A justeza dos nossos argumentos venceu.**

Agora, nesta nova situação, importa recordar o encerramento de 3 extensões de saúde se devia, ou deve, à falta de Assistentes Operacionais ou Assistentes Administrativos. Alguns dos quais por se terem aposentado, o que evidencia que seria previsível a situação e que a mesma poderia ter sido acautelada atempadamente.

O município mostrou a sua disponível para, num quadro excepcional, protocolar a com a tutela a colocação de colaboradores seus, que permitam que todas estas extensões de saúde possam funcionar, até que esteja solucionada a integração de novos colaboradores das estruturas da saúde.

Não sendo nossa responsabilidade, não deixaremos de colocar o acesso aos cuidados primários como um desígnio que importa satisfazer para o bem estra das nossas populações, o que foi acolhido e pela ARS e pelos ACES, com quem registamos a

cooperação institucional, reforçada pelo diálogo e elevação como se conduziu o processo.

Assim, foi possível garantir a reabertura das extensões de saúde de Lajeosa do Dão e Caramulo com apoio de Recursos Humanos do Município. S. João do Monte aguarda visita técnica da ARS para eventuais obras de adaptação, e definir o do modelo se resposta a desenvolver nessa localidade.

3.

No quadro dos **investimentos na área da Educação**, encontram-se a decorrer as obras da ES Tondela (Pavilhão A, E e espaços exteriores);

- Ampliação do JI de Molelos e Santiago de Besteiros com construção de nova sala de atividades;

- Obras de melhoramento dos espaços dos edifícios donde funcionam os Jardins de Infância:

- São João do Monte – Substituição de Janelas;
- Tourigo – ampliação de um espaço para dar resposta aos almoços;
- Barreiro de Besteiros – espaço de jogo e recreio novo;
- Canas de Santa Maria – substituição e fecho de Alpendre;
- Botulho – substituição das janelas da sala do prolongamento;
- Tonda – projeto de expansão para sala de prolongamento seguirá para concurso;
- EBO Tondela - manutenção do espaço de jogo e recreio, a par de uma intervenção com maior dimensão na cobertura de tal edifício, cujo procedimento concursal para essa obra está a decorrer.

Já no que reporta a investimentos na área da rede de **drenagem e tratamento de águas residuais**, depois da necessária formalização de adjudicação de contrato adicional, iniciaram-se os trabalhos de ligação do emissário de Fial a Caprosinha, que incluirá duas estações elevatórias, solucionando o tratamento das águas residuais desta povoação do Fial.

Também está em curso a nova ETAR da ZIM do Lajedo, dimensionada para o crescimento desta Zona Industrial.

De igual modo, está dentro do plano de trabalhos a rede de abastecimento de água ao Caramulo e remodelação e alargamento da rede de saneamento; ao mesmo tempo que são reabilitadas ruas repondo pavimento.

No domínio da **rede viária**, está em execução a **beneficiação** em vias rodoviárias - ligação Covêlo – Póvoa do Rodrigo Alves (Tonda) e, no âmbito da mesma empreitada, seguem-se **pavimentações** em arruamentos de Lobão da Beira e de Canas de Santa Maria;

Está para arrancar o **alargamento e beneficiação** da estrada Fráguas – Sabugosa e **pavimentações** em diversos locais da União de Freguesias de São Miguel do Outeiro e Sabugosa; e já consignadas – iniciando-se assim que as condições meteorológicas o permitam, a **reabilitação de pavimento** em Nandufe e **pavimentação** da ligação de Campo de Besteiros a Lourosa (Santiago de Besteiros); **pavimentações** em Arnosa (inclui introdução de passeios na área urbana para proteção a peões face à intensidade de tráfego para a AMRPB) e Vale (Barreiro de Besteiros) e **várias pavimentações** em vias urbanas da cidade, reabilitando pavimentos.

Em paralelo estão a ser ultimados os projetos e colocadas em concurso diversas **pavimentações** em Mouraz e Vila Nova da Rainha (que inclui a criação do novo parque de estacionamento na povoação de Vila Nova da Rainha e a **pavimentação de passeios** no loteamento da Adiça, junto a escola/JI), freguesia de Dardavaz e freguesia de Molelos (incluiu, entre outros, arruamentos Raposeiras, acesso Mata de Molelinhos e **reabilitação de pavimentos Botulho**).

Segue a elaboração de concurso para **pavimentações** nas freguesias de Castelões, São João do Monte e Lajeosa do Dão.

Em curso o projeto de execução das especialidades (topografia, estudo geológico, levantamento cadastral) para as diferentes soluções de ligação da ZIM do Lajedo a EM 627/ligação ao IP3, que se constitui como uma nova ligação dedicada a esta zona industrial e que acautelará as ligações e preocupações de articulação com as malhas urbanas da povoação da Ribeira e de Molelos.

No domínio do desenvolvimento económico, ao mesmo tempo que decorrem trabalhos da **empreitada de remodelação e ampliação da ZIM da Adiça-Tondela**, destaca-se o novo estudo de mais ampliações, seja em áreas envolventes à expansão cemitério da Adiça, seja em novas potenciais expansões consequentes aos planos de crescimento de unidades industriais.

Mobilidade – Em fase de iniciação a implementação de um projeto piloto de transporte flexível, em articulação com a CIM VDL, que pretende, com utilização de táxis, dar resposta a franjas populacionais que não são servidas por transporte público, nomeadamente algumas aldeias mais distantes da União de Freguesias de S. João do Monte e Mosteirinho, do Guardão, de Caparrosa/Silvares e da Lajeosa do Dão.

Sobre o **IP3**, importa referir que decorre o estudo de avaliação do impacto ambiental (AIA), conseqüente à fase de estudo prévio.

Estima-se que a AIA possa ser concluída até ao final do verão. A que se seguirá a conclusão do projeto de execução. Na melhor das hipóteses, no início de 2022 será colocado em concurso o primeiro troço (nó de Treixedo/Tondela/Visou), o qual percorrerá todo o concelho de Tondela – na esperança que no final do primeiro semestre de 2022 esteja a iniciar-se a duplicação para perfil de autoestrada.

À data de hoje, aproximamo-nos de um ano de atraso, quando avaliado o desvio face ao cronograma inicial.

Queremos acreditar que o senhor Ministro das Infraestruturas assegurará que, até 31 de dezembro de 2023, este troço esteja concluído. Da nossa parte, são permanentes as reuniões de articulação com os diferentes intervenientes, seja na esfera técnica das Infraestruturas de Portugal, ou na componente decisória junto do Ministério.

Uma nota final para o **espírito de coesão e união** que se mantem com as nossas instituições, com os diferentes atores sociais e económicos. Numa altura de crise, o exemplo que é dado ao país a partir do nosso concelho é um bom paradigma desta construção coletiva, que se enquadra numa visão de capacitação, de qualificação, criando condições para um **território mais competitivo, mas ao mesmo tempo inclusivo**.

Tondela, 22 de fevereiro de 2021

O Presidente da Câmara Municipal de Tondela

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TONDELA

1. INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 18 de fevereiro de 2021.

2. RECEITA

2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: (entre 01-01-2021 e 18-02-2021)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECEITA PREVISTA CORRIDA	RECEITA CORRIDA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO TACE AO GRÁU DE EXECUÇÃO PADRÃO (113,42%)	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO NOS INÍCIOS DA RECEITA TOTAL
CLAS	DESCRIÇÃO	(1)	(2)	(3) (%)	(4) (%)	(5)
	Recostas Correntes	19 411 149,00	1 646 551,00	8,48%	-4,94%	82,90%
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4 459 394,00	147 381,12	3,30%	-10,12%	7,42%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	-	-	-	-	-
04	TAXAS, MULTAS, O PENALIDADES	316 703,00	13 593,93	4,29%	-9,13%	0,68%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 218 178,00	109 721,62	9,01%	-4,41%	5,52%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11 590 903,00	1 145 547,27	9,88%	-3,54%	57,68%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1 667 947,00	218 032,42	13,15%	-0,27%	10,98%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	168 024,00	12 274,73	7,31%	-6,11%	0,62%
	Recostas de Capital	20 973 884,90	339 657,34	1,62%	-11,80%	17,10%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	20,00	0,00	0,00%	-13,42%	0,00%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20 447 772,04	336 642,34	1,65%	-11,77%	16,95%
12	PASSIVOS FINANCIEROS	516 090,86	0,00	0,00%	-13,42%	0,00%
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	10 001,00	3 015,00	30,15%	16,73%	0,15%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00	0,00	0,00%	-13,42%	0,00%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	-	-	-	-	-
	TOTAL GERAL	40 385 033,90	1 986 208,43	4,92%	-6,58%	100,00%

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, uma taxa de execução da receita total de 4,92%, apresentando um desvio negativo de 8,50%.

Analisando a estrutura da receita, verifica-se que o capítulo das transferências correntes se apresenta como o mais expressivo, atingindo aproximadamente 58% da execução da receita total. Do lado das receitas de capital, o único capítulo com valor de relevo é o das transferências de capital, atingindo cerca de 17% da receita total.

Em síntese, a receita cobrada bruta atingiu, neste período, o montante total de 1.986.208,43€.

Importa mencionar que, não se encontra, ainda, refletido na execução orçamental da receita, o saldo da gerência anterior.

3. DESPESA

3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2021 a 18-02-2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORREGIDA	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (13,42%)	PESO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NA DESPESA TOTAL
CAF	DESCRIÇÃO			GRAU DE EXECUÇÃO	DESVIO (%)	%
	Despesas Correntes	17 087 636,89	1 300 709,71	7,61%	-5,77%	46,15%
01	Despesas com Pessoal	6 755 327,62	522 029,30	7,73%	-5,69%	24,03%
02	Aquisição de Bens e Serviços	7 429 816,27	631 112,56	8,49%	-4,93%	29,05%
03	Juros Outros Encargos	38 600,00	11 101,65	28,76%	16,34%	0,51%
04	Transferências Correntes	2 781 919,00	127 809,73	4,59%	-8,83%	5,88%
06	Outras Despesas Correntes	81 974,00	14 666,47	17,88%	4,46%	0,67%
	Despesas de Capital	23 297 397,01	865 659,85	3,72%	-9,70%	39,85%
07	Aquisição de Bens de Capital	19 320 301,51	711 547,24	3,68%	-9,74%	32,75%
08	Transferências de Capital	3 410 242,50	45 342,45	1,33%	-12,09%	2,09%
09	Ativos Financeiros	36 188,00	0,00	0,00%	-13,42%	0,00%
10	Passivos Financeiros	495 002,00	108 770,16	21,97%	8,55%	5,01%
11	Outras Despesas de Capital	35 683,00	0,00	0,00%	-13,42%	0,00%
	TOTAL	40 385 033,90	2 172 369,56	5,38%	-8,04%	100,00%

Face à análise do quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, uma taxa de execução da despesa total de 5,38% sendo, o grau de execução esperado de 13,42%, representando um desvio negativo de 8,04%.

3.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2021a 18-02-2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
CAP	DESIGNAÇÃO	19	20	ORÇAMENTO
Despesas Correntes		17 087 636,89	13 417 121,67	78,52%
01	Despesas com Pessoal	6 755 327,62	6 467 154,59	95,73%
02	Aquisição de Bens e Serviços	7 429 816,27	5 378 882,89	72,40%
03	Juros Outros Encargos	38 600,00	28 057,70	72,69%
04	Transferências Correntes	2 781 919,00	1 505 087,43	54,10%
06	Outras Despesas Correntes	81 974,00	37 939,06	46,28%
Despesas de Capital		23 297 397,01	14 336 512,70	61,54%
07	Aquisição de Bens de Capital	19 320 301,51	11 551 444,19	59,79%
08	Transferências de Capital	3 410 242,50	2 220 607,78	65,12%
09	Ativos Financeiros	36 188,00	36 187,50	100,00%
10	Passivos Financeiros	495 002,00	492 612,78	99,52%
11	Outras Despesas de Capital	35 663,00	35 660,45	99,99%
TOTAL		40 385 033,90	27 753 634,37	68,72%

Através da análise do quadro acima podemos realçar que, à data do reporte, as despesas com pessoal já se encontram comprometidas em cerca de 96% da dotação orçamental do Município. Nas despesas de capital podemos destacar o compromisso muito próximo dos 100%, dos capítulos dos ativos financeiros, passivos financeiros e outras despesas de capital.

No que diz respeito à totalidade de compromissos, a sua execução encontra-se nos 68,72%.

Do total dos compromissos assumidos de 27.753.634,37€, até à data de 18-02-2021, cerca de 20M€ são compromissos transitados do ano anterior.

3.3. COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º e n.º 4 do artigo 16.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei do Compromissos e Pagamentos em Atraso - LCPA) e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho a Assembleia Municipal aprovou, no artigo 10º da Norma de Execução Orçamental dos Documentos Previsionais de 2019, na reunião do dia 17 de dezembro de 2018, uma autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos em que:

- a) Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove Euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;
- c) Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico e/ou financeiro de investimentos e outras despesas.



Face ao que precede verificou-se que se assumiram os seguintes compromissos plurianuais entre 01-01-2021 e 18-02-2021.

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 01-01-2021 e 18-02-2021					
[Por ordem de priorização, sobre o contrato nº 11722/2018 para Assembleia Municipal]					
Descrição sumária do compromisso plurianual	2022	2023	2024	2024	Seguintes
Serviços fiscalização, coordenação de segurança e ambiente ETAR Zim Lajedo	8 086,74 €				
Solução WI-FI/4EU	1 415,34 €	1 415,34 €			

4. CONCLUSÃO

Estando decorridos apenas 49 dias do ano de 2021, poderemos concluir que o indicador da receita e da despesa se encontram abaixo do padrão, salientando que, para além da fragilidade da definição de um valor padrão de análise de execução orçamental para um período inferior a doze meses, uma vez mais, a pandemia relacionada com o COVID-19 que assolou o país e o mundo tem causado grande impacto em toda a atividade desenvolvida pelo Município.

Tondela, 18 de fevereiro de 2021

A Chefe de Divisão de Economia e Finanças,